

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA VARA
ÚNICA DA COMARCA DE SANTA ADÉLIA - ESTADO DE SÃO PAULO**

Processo sob nº 0000540-75.2021.8.26.0531

R4C – ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, regularmente nomeada *Administradora Judicial* nos autos do Pedido de Recuperação Judicial do grupo formado pelas empresas **VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - AÇÚCAR E ÁLCOOL S/A E OUTROS (GRUPO VO) - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar de relatório mensal de atividades, nos termos da legislação em regência.

Campinas, 28 de maio de 2024.

R4C ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA

Maurício Dellova de Campos

OAB/SP nº 183.917

Arthur F. Cesarini

OAB/SP nº 345.711



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

Relatório Mensal de Atividades

GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA

Março/2024



Sumário

1. INTRODUÇÃO	5
2. DO CENÁRIO ECONÔMICO E DA SITUAÇÃO DA EMPRESA.....	6
2.1. ASPECTOS CONJUNTURAIS E CONTEXTO SETORIAL.....	6
2.2. DA SITUAÇÃO DA RECUPERANDA.....	9
3. CRIAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS ISOLADAS (UPI'S).....	9
4. VISÃO GERAL DAS RECUPERANDAS	11
4.1. GRUPO VIRGOLINO DE OLIVEIRA.....	11
4.2. DA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA.....	17
4.3. DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	18
5. INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E CONTÁBEIS	19
5.1. BALANÇO PATRIMONIAL	20
5.1.1. Disponibilidades.....	20
5.1.2. Contas a Receber.....	20
5.1.3. Estoques	21
5.1.4. Ativo Biológico.....	22
5.1.5. Investimentos	22
5.1.6. Outros Créditos.....	23
5.1.7. Imobilizado	25
5.1.8. Fornecedores.....	26
5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas.....	27
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos.....	28
5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas	28
5.1.12. Passivo Tributário.....	29
5.1.13. Contas a Pagar – PRJ.....	30
5.1.14. Partes Relacionadas.....	31
5.2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	32
5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas	32
5.2.2. Custo de Vendas.....	33
5.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais	33
5.2.4. Resultado Operacional	34



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

5.2.5.	<i>Resultado Financeiro</i>	34
5.2.6.	<i>Resultado Líquido</i>	35
5.3.	DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA	36
5.3.1.	<i>Atividades Operacionais</i>	36
5.3.2.	<i>Atividades de Investimento</i>	37
5.3.3.	<i>Atividades de Financiamento</i>	37
5.4.	ÍNDICES E INDICADORES	38
5.4.1.	<i>Liquidez Corrente</i>	38
5.4.2.	<i>Liquidez Geral</i>	39
5.4.3.	<i>Endividamento</i>	40
6.	PASSIVO CONCURSAL	40
7.	ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
8.	ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL	43
9.	ANEXOS	44



Glossário

GVO	Grupo Virgolino de Oliveira
BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstrativo de Resultado do Exercício
DFC	Demonstração de Fluxo de Caixa
Receita Bruta ou Faturamento	Todas as receitas operacionais auferidas pela empresa em um determinado período, incluindo impostos.
Receita Líquida	Se trata do faturamento ou receita bruta depois de deduzidos os impostos e devoluções.
Custo de Vendas	São os gastos diretamente ligados à produção, como matéria-prima, materiais auxiliares e mão-de-obra.
Margem de Contribuição ou Lucro Bruto	Por margem de contribuição entende-se o valor que a operação da empresa gera após deduzir os impostos e os custos de vendas. Esse valor deve ser suficiente para cobrir as despesas da empresa e gerar retorno aos sócios.
EBITDA	O EBITDA (<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>) – resultado antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações – representa a geração operacional de caixa da empresa, isto é, o quanto a empresa consegue gerar de recursos apenas em suas atividades operacionais e, por isso, também é chamado de resultado operacional.
Resultado Financeiro	É a diferença entre as despesas financeiras da empresa, que podem ser provenientes de juros incorridos sobre empréstimos, descontos de duplicatas, variação cambial, entre outras operações, e ganhos obtidos no mercado financeiro. Não é um resultado ligado diretamente à operação executada pela empresa.
Resultado Não Operacional	É a diferença entre ganhos e despesas referentes a fatos não ligados à operação da empresa, como aluguéis, venda de um imóvel ou ativo imobilizado.
Resultado Líquido	Se trata de resultado final da empresa, depois de contabilizados todos os fatores ocorridos no exercício.

Grupo Virgolino de Oliveira

1. Introdução

O presente relatório foi elaborado com o objetivo primordial de demonstrar – nos termos da Lei nº 11.101/2005 – Lei de Recuperação de Empresas e Falência – as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção à desejada superação da sua crise, de forma a resguardar e maximizar sua função social, seja como entidade geradora de bens e recursos, seja como provedora de empregos e tributos, resguardando também os interesses da comunidade de credores.

Neste sentido, a presente análise sumária sintetiza, observa e relata a capacidade financeira das empresas a partir de informações disponibilizadas exclusivamente pelas recuperandas, não sendo neste momento factíveis de verificação por esta Perita. Confiamos, portanto, na qualidade, completude, rigorosidade e precisão de tais informações¹.

Cabe ressaltar ainda que o relatório leva em consideração outras variáveis de cunho não apenas micro, mas também macroeconômico.

Com base nos dados que aqui serão apresentados, analisaremos a capacidade das empresas, no presente momento e contexto, de honrar suas responsabilidades, tendo em vista o processo de Recuperação Judicial, em especial em face de seus credores.

¹ Tendo em vista a presunção de boa-fé e correção por parte das recuperandas, especialmente por tratar-se de ato que é processado em juízo, submetido, portanto, ao ministério do Poder Judiciário, eis que os relatórios mensais são elaborados por esta Administradora Judicial a partir de informações fornecidas pelas recuperandas, de modo que estas devem estar cientes de que têm exclusiva responsabilidade pela higidez, correção técnica e veracidade da documentação disponibilizada. Assim, esta auxiliar do juízo não hesitará em adotar as medidas cabíveis caso constatare qualquer indício de fraude na concepção da documentação que serve de base à elaboração dos relatórios mensais.

A partir do mês de agosto/2023, o Grupo Virgolino de Oliveira passou a disponibilizar demonstrações financeiras combinadas, refletindo, portanto, a situação patrimonial e financeira combinada das empresas que integram o Grupo, assim como o resultado combinado de suas operações.

O atual relatório retratará as informações disponibilizadas, pelas recuperandas, **entre os meses de abril/2023 a março/2024.**

2. Do cenário econômico e da situação da empresa

O objetivo deste tópico é abordar as principais informações sobre a economia, as principais projeções, bem como a situação setorial específica das recuperandas, visando, assim, uma melhor compreensão.

Na sequência, apresentaremos um resumo da situação combinada das recuperandas².

2.1. Aspectos conjunturais e contexto setorial

A atividade empresarial³ é organizada para a produção, circulação de bens ou de serviços e, como atividade econômica está sujeita a diversos riscos – internos e externos – que podem levar uma empresa a situação de crise econômico-financeira.

Neste sentido, além da análise econômico-financeira baseada nas demonstrações contábeis disponibilizadas pelas recuperandas, importa trazer à evidência uma breve análise da conjuntura econômica, bem como, da atual situação do setor desenvolvido.

² Detalhado pela própria recuperanda.

³ Negrão, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5 ed. rev. – São Paulo, 2014.

Segundo o relatório Focus do Banco Central divulgado na data de 20/05/2024 estima-se que o PIB brasileiro crescerá 2,05% neste ano, sendo que para o próximo ano a expectativa é de 2,0%.

A previsão para o câmbio⁴ foi de R\$ 5,04/US\$ para o fim deste ano. Para o ano de 2025, os investidores estimam que o câmbio fique em R\$ 5,05/US\$ – informação também relevante, haja vista que várias empresas estão sujeitas à sua variação, afetando assim o seu resultado.

Outra informação importante para àquelas que exportam seus produtos ao resto do mundo, diz respeito a Balança Comercial. A expectativa de superávit para 2024 passou de US\$ 80,00 bilhões para US\$ 82,00 bilhões essa semana. Em relação ao ano de 2025, a expectativa – também de superávit – passou de US\$ 76,15 bilhões para US\$ 76,30 bilhões.

Em relação a taxa básica de juros (Selic), o mercado financeiro estima que essa deve encerrar 2024 em 10,00%. Para o ano de 2025, o mercado espera que a taxa de juros fique em 9,00%, mesma projeção da semana anterior.

De acordo com as projeções do mercado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)⁵ passou de 3,76% para 3,80% nessa semana, enquanto para 2025, a projeção passou de 3,66% para 3,74%.

Setorialmente, verificam-se diferentes impactos – dada a especificidade de cada um dos setores.

⁴ Objetivando maior precisão nas projeções realizadas, o BC anunciou em janeiro/2021 que a projeção anual da moeda norte-americana passou a ser calculada a partir da média para a taxa no mês de dezembro e não mais no valor projetado para o último dia útil de cada ano.

⁵ A meta de inflação é de 3%, oscilando em um intervalo entre 1,5% e 4,5%.

De acordo com a União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Única), na segunda quinzena de março/2024, a moagem de cana-de-açúcar na região Centro-Sul totalizou 5,04 milhões de toneladas, enquanto na comparação com o mesmo período do último ciclo agrícola, a moagem foi de 4,73 milhões de toneladas.

A qualidade da matéria-prima colhida na segunda quinzena de março – mensurada em quilogramas de ATR por tonelada de cana-de-açúcar – registrou aumento de 9,08% na comparação com o mesmo período da safra de 2022/2023, atingindo 113,6 Kg de ATR por tonelada.

Do total de matéria-prima produzida, 33,5% foi direcionada para a produção de açúcar – totalizando 182,91 mil toneladas, o que representa um aumento de 8,98% – sendo, portanto, a maior parcela destinada a fabricação de biocombustível, com 225,59 milhões de litros para etanol. Adicionalmente a este volume, foram fabricados 302,65 milhões de litros de etanol de milho, proporcionando uma produção total de etanol de 528,24 milhões de litros.

Deste volume total de etanol produzido, 429,37 milhões de litros diz respeito a etanol hidratado, enquanto a produção de etanol anidro totalizou 98,87 milhões de litros.

As vendas de etanol pelas unidades produtoras da região Centro-Sul atingiram o maior volume transacionado no ciclo que se encerra. No total, foram comercializados 3,01 bilhões de litros no mês, sendo 247,94 milhões de litros destinados à exportação e 2,77 bilhões de litros ao mercado doméstico.

2.2. Da situação da recuperanda

Em seus Relatórios Operacionais, as recuperandas apresentam dados referentes ao desempenho de suas atividades, bem como sua visão a respeito de sua atual situação. Nesse sentido e, segundo as recuperandas, em março/2024 a situação era como se segue:

O Açúcar por ser uma commodity, tem seu preço internacional cotado na bolsa de valores de Nova Iorque, com o contrato ICE Contract 11 – world raw sugar, cotados em centavos por libra peso. O preço médio de março de 2024 foi de 21,73 cts/lbs, convertendo para saco de 50kg e em reais, dá um preço de R\$ 124,14/saco.

3. Criação das Unidades Produtivas Isoladas (UPI's)

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado, em 30 de janeiro de 2023, foram criadas as seguintes Unidades Produtivas Isoladas (UPI's):

1. UPI Usina Catanduva Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”.

2. UPI Usina Itapira Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo



aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”.

3. UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”.

4. UPI Usina Monções Ltda.

A sociedade tem como atividade principal o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”.

5. UPI Terras Parte I Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

6. UPI Terras Parte II Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

7. UPI Imóveis Ltda.



A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

8. UPI Imóveis Urbanos Ltda.

A sociedade tem como atividade principal a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber o futuro aporte de capital relativo a bens imóveis.

Todas essas novas sociedades possuem como administradores diretores a Sra. Carmen Aparecida Ruete de Oliveira e o Sr. Virgolino de Oliveira Filho. O capital social inicial de cada uma delas é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), realizado em moeda corrente. Esse capital será alterado futuramente por ocasião dos aportes de capital com bens de seus quotistas investidores, tudo conforme aprovado no Plano de Recuperação Judicial das recuperandas.

4. Visão geral das recuperandas

Neste ponto, será apresentada a composição societária da empresa, assim como, eventuais alterações no que diz respeito às participações societárias. Não menos importante, também relacionaremos os estabelecimentos e filiais (quando houver), com breve descritivo da atividade desenvolvida em cada um, quando segmentada ou diferenciada.

4.1. Grupo Virgolino de Oliveira



A sede do Grupo Virgolino de Oliveira (GVO), se localiza na cidade de Santa Adélia, a aproximadamente 371 Km da capital do Estado.

01 - I	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A - ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	03/05/1949
CNPJ	49.911.589/0001-79
Inscrição Estadual	374.004.926.118
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	35.075.311,31

02 - III	AGROPECUÁRIA NOSSA SENHORA DO CARMOS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA NOSSA SENHORA DO CARMO S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	19/05/1982
CNPJ	50.031.780/0001-05
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	F SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	N/A
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	28.850.352,92



03 - V	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	30/09/2004
CNPJ	07.020.561/0001-00
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
CNAE Secundários	68.10-2-03 - Loteamento de imóveis próprios 68.21-8-01 - Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios 68.22-6-00 - Gestão e administração da propriedade imobiliária 68.21-8-02 - Corretagem no aluguel de imóveis 01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar 77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
Capital Social (R\$)	114.401.414,00

04 - VI	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	ACUCAREIRA VIRGOLINO DE OLIVEIRA S/A
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.792/0001-83
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

CNAE Principal	10.71-6-00 - Fabricação de açúcar em bruto
CNAE Secundários	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
Capital Social (R\$)	455.000.000,00

05 - VIII	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A
Nome Fantasia	AGROPECUARIA TERRAS NOVAS
Data de Abertura	07/10/2004
CNPJ	07.024.787/0001-70
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	813.334.000,00

06 - X	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA BIOENERGIA LTDA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	15/02/2017
CNPJ	27.119.194/0001-03
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	Ariranha
Estado	São Paulo



ADMINISTRAÇÃO
JUDICIAL

CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	206-2 - Sociedade Empresária Limitada
CNAE Principal	35.11-5-01 - Geração de energia elétrica
CNAE Secundários	35.30-1-00 - Produção e distribuição de vapor, água quente e ar-condicionado
Capital Social (R\$)	26.380.323,00

07 - XI	USINA CATANDUVA S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	USINA CATANDUVA S A ACUCAR E ALCOOL
Nome Fantasia	USINA CATANDUVA
Data de Abertura	03/09/1966
CNPJ	44.330.983/0001-08
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ SANTO ANTONIO
Complemento	N/A
Bairro	Zona Rural
Cidade	ARIRANHA
Estado	São Paulo
CEP	15.960-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada
CNAE Principal	19.31-4-00 - Fabricação de álcool
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	23.208.717,58

08 - XII	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	R.O. SERVICOS AGRICOLAS S.A.
Nome Fantasia	R.O. SERVICOS AGRICOLAS
Data de Abertura	08/05/2008
CNPJ	09.575.642/0001-93
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CANOAS
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	JOSE BONIFACIO
Estado	São Paulo
CEP	15.200-000
Natureza Jurídica	205-4 - Sociedade Anônima Fechada



CNAE Principal	01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
CNAE Secundários	01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita
Capital Social (R\$)	1,00

De acordo com os autos, foram citadas as seguintes filiais:

- Da Virgolino de Oliveira Açúcar e Álcool, CNPJ 49.911.589/0004-11
- Da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, CNPJ 50.031.780/0132-74
- Da Açucareira Virgolino de Oliveira S/A, CNPJ 07.024.792/0002-64
- Da Agropecuária Terras Novas S/A, CNPJ 07.024.787/0043-20

Os Produtores Rurais seguem caracterizados abaixo:

09 - XIII	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN RUETE DE OLIVEIRA
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.935/0001-62
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ PALMEIRAS SAO JOAQUIM
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRODUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

10 - XIV	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA



Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	24/11/2006
CNPJ	08.460.973/0001-15
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	FAZ CERCADO GRANDE
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - PRÓDUTOR RURAL (PESSOA FISICA)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

Tipo de Estabelecimento	Matriz
Razão Social	VIRGOLINO DE OLIVEIRA FILHO
Nome Fantasia	N/A
Data de Abertura	14/11/2006
CNPJ	08.447.511/0001-68
Inscrição Estadual	Não localizado
Endereço	SIT SAO FRANCISCO
Complemento	N/A
Bairro	Rural
Cidade	Itapira
Estado	São Paulo
CEP	13.970-005
Natureza Jurídica	412-0 - Produtor Rural (Pessoa Física)
CNAE Principal	01.13-0-00 - Cultivo de cana-de-açúcar
CNAE Secundários	N/A
Capital Social (R\$)	10.000,00

4.2. Da composição societária

A Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Álcool tem como acionistas a Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, com participação de 61,78% do seu capital, sendo o

restante de propriedade de pessoas físicas. A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S/A, a Usina Catanduva S.A e a RO Serviços Agropecuários S/A têm como acionistas pessoas físicas. As demais empresas do Grupo têm seu capital social majoritariamente detido, direta ou indiretamente, pela Virgolino de Oliveira S/A Açúcar e Alcool.

4.3. Da estrutura organizacional

As recuperandas possuem a seguinte estrutura organizacional:

Período	VO Açúcar	Agropec Nossa	Açucareira VO	Agropec	Total
	Alcool	Sra. Do Carmo		Terras Novas	
	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Abr/23	61	122	22	55	260
Mai/23	0	0	0	0	258
Jun/23	60	121	22	55	258
Jul/23	57	115	22	50	244
Ago/23	54	111	22	48	235
Set/23	54	111	22	48	235
Out/23	55	110	22	48	235
Nov/23	56	114	22	48	240
Dez/23	76	117	22	48	263
Jan/24	115	137	22	47	321
Fev/24	197	186	22	45	450
Mar/24	244	191	22	47	504

No mês de março/2024 houve aumento de cinquenta e quatro colaboradores, finalizando o período com quinhentos e quatro postos de trabalho.

5. Informações Econômicas e Contábeis

De acordo com o Pronunciamento 26 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

[...] as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

Tendo em vista o fato de que as recuperandas passaram a disponibilizar suas demonstrações contábeis de forma combinada a partir de agosto/2023, toda a situação patrimonial e financeira individual das empresas que compõem o Grupo até o mês de julho/2023, assim como o resultado individual das operações de cada empresa, poderão ser encontrados no Relatório Mensal de Atividades (RMA) de julho/2023.

Cabe ressaltar que o exercício social do GVO tem início no mês de maio de cada ano⁶.

Todos os dados extraídos das demonstrações financeiras do Grupo GVO estão sendo apresentados em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

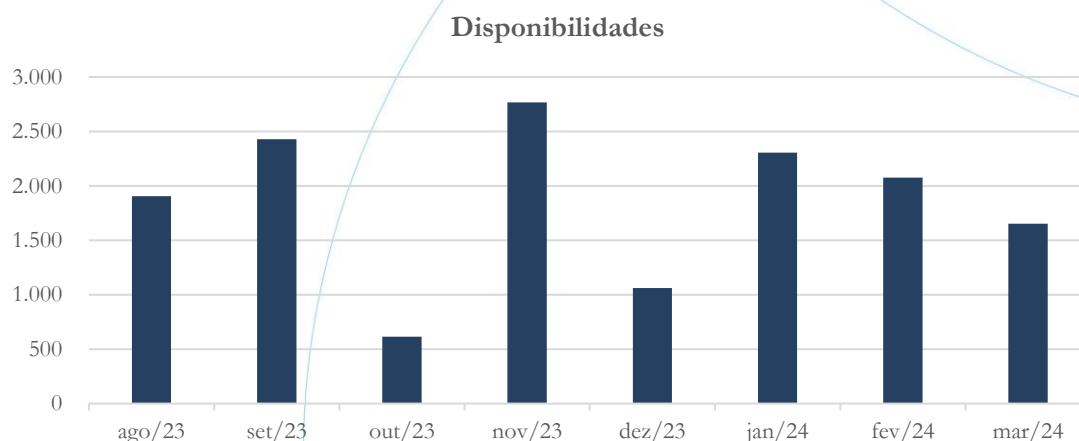
⁶ Com exceção aos proprietários rurais que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal.

5.1. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, como demonstração contábil, tem por objetivo evidenciar de forma qualitativa e quantitativa – em uma determinada data – a posição patrimonial e financeira da empresa.

5.1.1. Disponibilidades

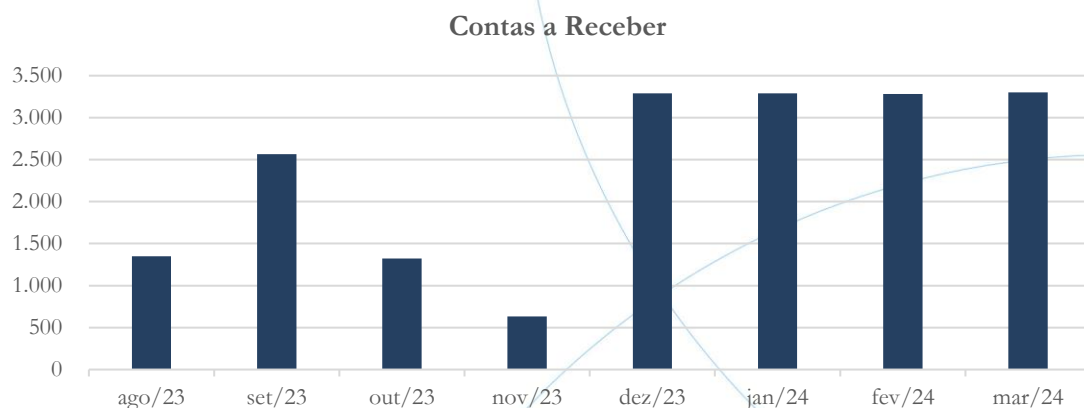
Gráfico 1



As disponibilidades apresentaram diminuição nos meses de fevereiro/2024 e março/2024. O saldo de R\$ 2,07 milhões passou para R\$ 1,6 milhão, respectivamente.

5.1.2. Contas a Receber

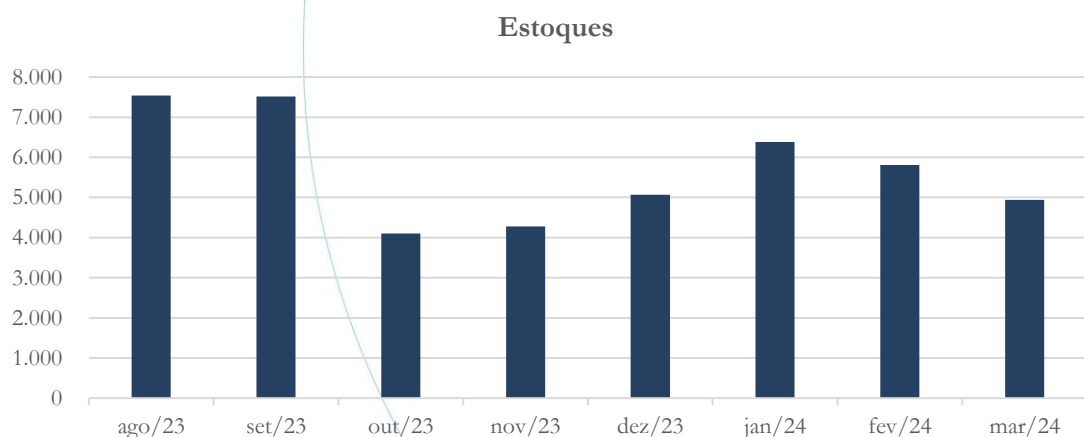
Gráfico 2



O contas a receber registrou saldo de R\$ 3,28 milhões em fevereiro/2024, o que representou diminuição de 0,24%, voltando a apresentar aumento de 0,56% no mês de março/2024, cujo saldo foi de R\$ 3,30 milhões.

5.1.3. Estoques

Gráfico 3



Após registrarem crescimento constante, os estoques do Grupo demonstraram diminuição de 8,97% e 14,95% nos meses de fevereiro/2024 e março/2024, finalizando o período com valor de R\$ 4,9 milhões.



Os estoques mantidos pela GVO compreendem essencialmente bens em almoxarifado. Solicitamos esclarecimentos sobre as razões que justificam o aumento deste saldo no período entre os meses de novembro/2023 até janeiro/2024. Segundo a recuperanda trata-se de *aquisição de peças e acessórios para manutenção, devido o início da safra 2024/2025.*

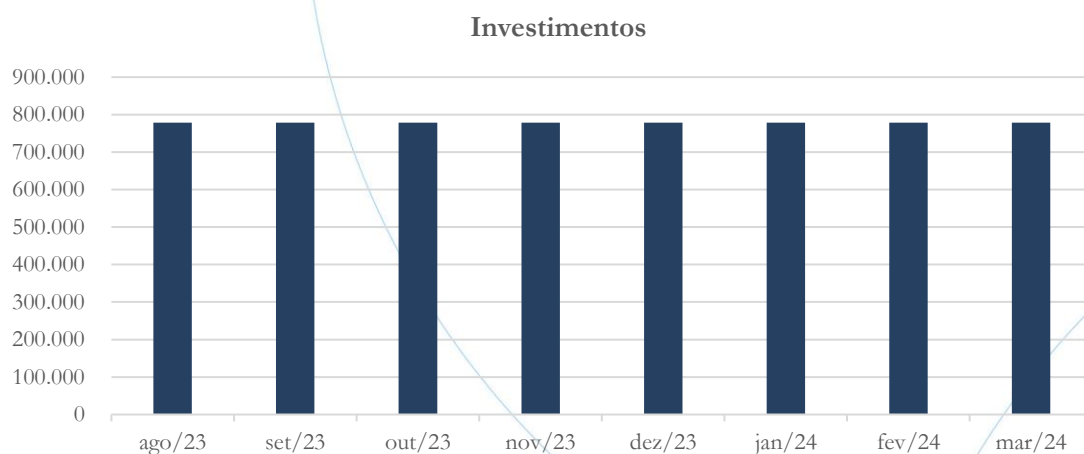
No relatório anterior, solicitamos esclarecimentos às recuperandas sobre as razões para a redução dos estoques entre setembro/2023 e outubro/2023, no montante de R\$ 3.411 mil. As recuperandas esclareceram que tal efeito se deve ao Inventário. No entanto, não nos forneceram detalhes sobre os eventuais ajustes identificados. Sendo assim, reiteramos nossa solicitação para que nos sejam apresentados esclarecimentos detalhados sobre o referido evento.

5.1.4. Ativo Biológico

O Grupo não apresenta qualquer saldo de ativos biológicos.

5.1.5. Investimentos

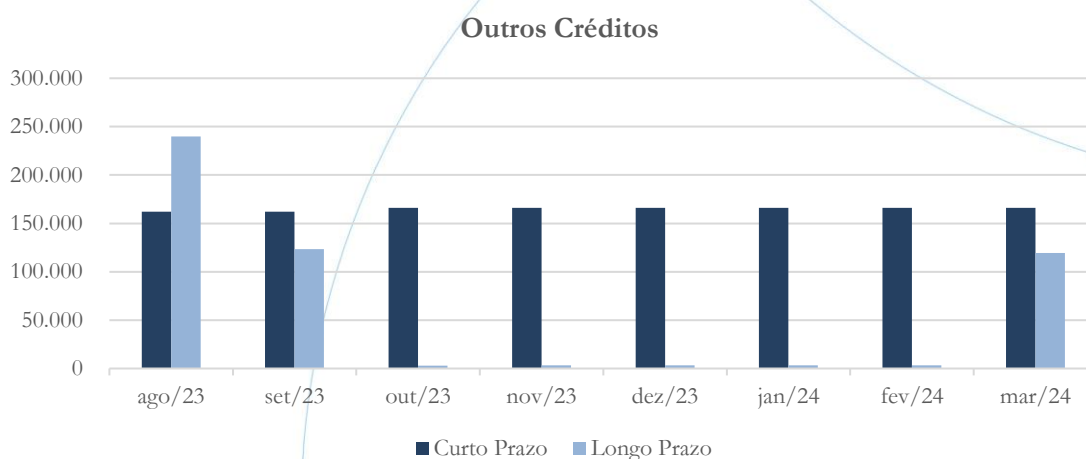
Gráfico 4



O saldo de investimentos permanentes apresenta-se constante, no valor de R\$ 778.943 mil. Este valor refere-se, em sua maior parte, a ágio registrado pela Agropecuária N. Sra. do Carmo na subscrição de capital na Agropecuária Terras Novas S.A. (R\$ 760 milhões).

5.1.6. Outros Créditos

Gráfico 5



O saldo total de outros créditos, registrados no passivo circulante e não circulante, passou de R\$ 169,1 milhões em fevereiro/2024 para R\$ 285,5 milhões em março/2024.

De acordo com as recuperandas, a categoria outros créditos diz respeito a direitos creditórios contra a União Federal, os quais encontram-se *representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na*

década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

A recuperanda informou que havia um erro de classificação entre a conta Depósitos Judiciais e Outros Créditos, no valor de R\$ 116 milhões. Este erro foi corrigido no mês de março/2024, reduzindo-se o saldo da conta de Depósitos Judiciais, e aumentando-se o saldo da conta Outros Créditos. Conforme a recuperanda:

*Abaixo segue movimentação do grupo de contas de “outros créditos”, porém identificamos um erro de reclassificação entre as contas de “Depósitos Judiciais” e “Outros créditos” no montante de R\$ 116,3 milhões, no realizável a longo prazo. Os saldos corretos no “**não circulante**”, seriam: em “outros créditos”, R\$ 119.485 e em “Depósitos judiciais”, R\$ 145.992. Vamos corrigir, “reclassificar” na base de março/24.*

Movimentação de "Outros Créditos"						
Contas	Descrição	Saldo em 31/08/2023	04/09/2023 ¹	04/09/2023 ²	Demais movimentações	Saldo em 31/01/2024
Circulante:						
11940001	CREDITOS AÇÃO DEFASAGEM PRECOS DL 4870	161.9	-116.3	120.3		165.9
	DEMAIS CONTAS *	0.1			0.0	0.1
	Totais	162.0	-116.3	120.3	0.0	166.0
Não circulante:						
12280003	CREDITOS AÇÃO DEFASAGEM PRECOS DL 4870	236.6		-120.3		116.3
	DEMAIS CONTAS *	3.1			0.1	3.1
	Totais	239.7	0.0	-120.3	0.1	119.5
 ¹ VLR. CREDITADO POR COPERSUCAR EM 04/09/2023, REF. CREDITOS AÇÃO DEFASAGEM PREÇOS DL 4870						
² VLR. RECLASSIFICAÇÃO PARA ATIVO CIRCULATE						
Grupo de contas de Depósitos Judiciais						
12350001	VALORES A DISPOSICAO JUDICIAL - RECUP. JUDICIAL	1.9	116.3			118.2
	DEMAIS CONTAS **	27.9			-0.3	27.7
	Total	29.8	116.3	0.0	-0.3	145.9

Tendo em vista a natureza deste crédito, solicitamos às recuperandas que esclareçam quanto à forma e eventuais riscos de realização.

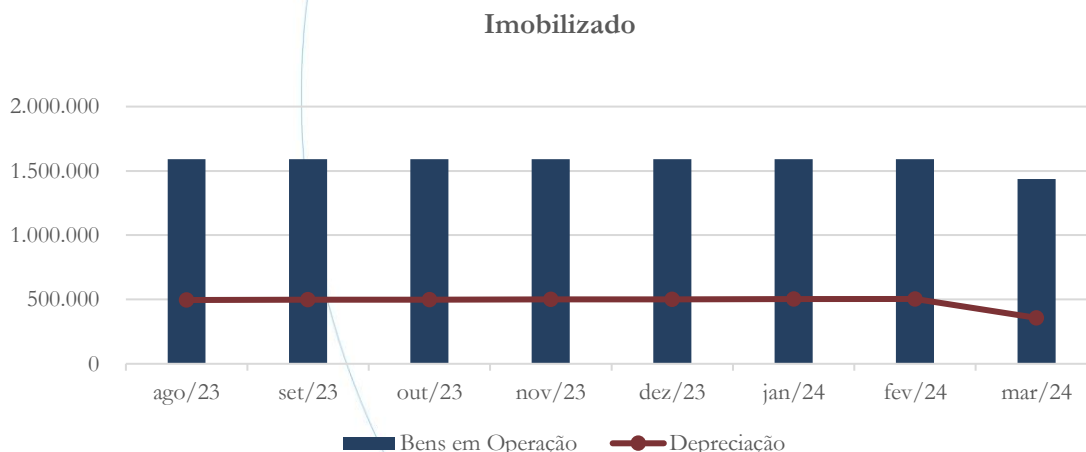
5.1.7. Imobilizado

A lei 11.101/05 – que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária – em seu art. 66, aponta que:

Após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo não circulante, inclusive para os fins previstos no art. 67 desta Lei, salvo mediante autorização do juiz, depois de ouvido o Comitê de Credores, se houver, com exceção daqueles previamente autorizados no plano de recuperação judicial.

O saldo do imobilizado é demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 6



No mês de fevereiro/2024 não houve adições ao imobilizado. No mês de março/2024, as recuperandas registraram aquisições de bens pelo valor de R\$ 1,1 milhão, notadamente na conta máquinas, equipamentos e instalações industriais.

No mês de março/2024, as recuperandas baixaram o valor de R\$ 153,9 milhões da conta de lavouras de cana-de-açúcar, assim como o saldo de depreciações acumuladas, com efeito de baixa de R\$ 780,0 mil no saldo do imobilizado. Tendo em vista essa movimentação, solicitamos esclarecimentos sobre as razões que levaram as recuperandas a proceder a baixa destes ativos, e os respectivos impactos no resultado.

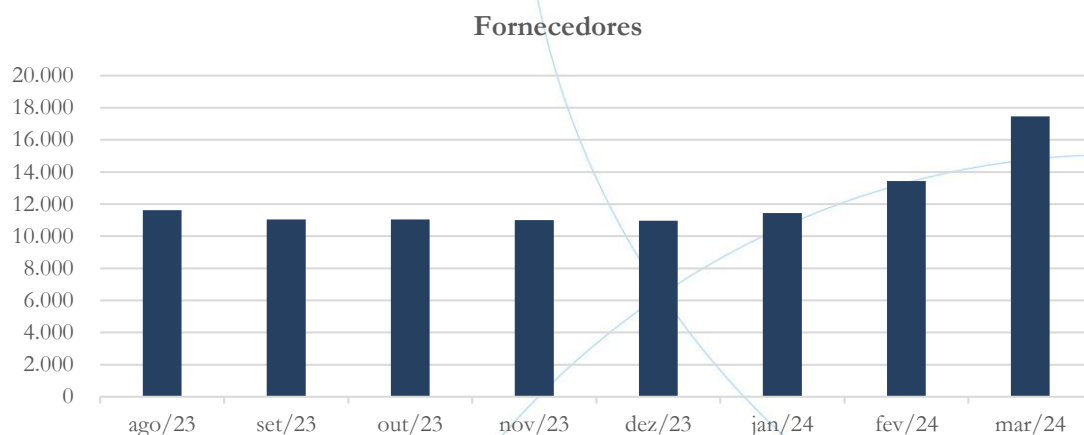
A tabela abaixo apresenta a composição do custo do imobilizado:

Composição do Imobilizado	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	153.913	153.913	153.913	153.913	0
Terrenos e propriedades	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	90.186	90.186	90.186	90.186	90.186
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	380.888	380.888	380.888	380.888	381.937
Móveis e utensílios	9.163	9.163	9.163	9.163	9.163	9.163
Obras em andamento	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	19.462	19.462	19.462	19.462	19.485
Total	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.590.352	1.437.511

Solicitamos às recuperandas que nos esclarecessem sobre a natureza e composição do saldo da conta mais valia – ganho de capital de bens, que totaliza R\$ 877,3 milhões em março/2024. Conforme informado pelas recuperandas trata-se de avaliações dos bens das empresas para fins de preparação das UPI's, como aprovadas no Plano de Recuperação Judicial.

5.1.8. Fornecedores

Gráfico 7



A conta fornecedores apresentou aumento de 17,55% e 29,93% os meses de fevereiro/2024 e março/2024. Neste último mês, o saldo foi de R\$ 17,47 milhões.

5.1.9. Contas a Pagar – Cooperativas

Gráfico 8



O contas a pagar cooperativas, contabilizado a curto e longo prazos, registrou saldo de R\$ 117,9 milhões em fevereiro/2024 e de R\$ 118,9 milhões no mês de março/2024, demonstrando aumento de 0,78% neste período.

Conforme reportado pelas recuperandas, os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o Grupo atuou como cooperado junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo.

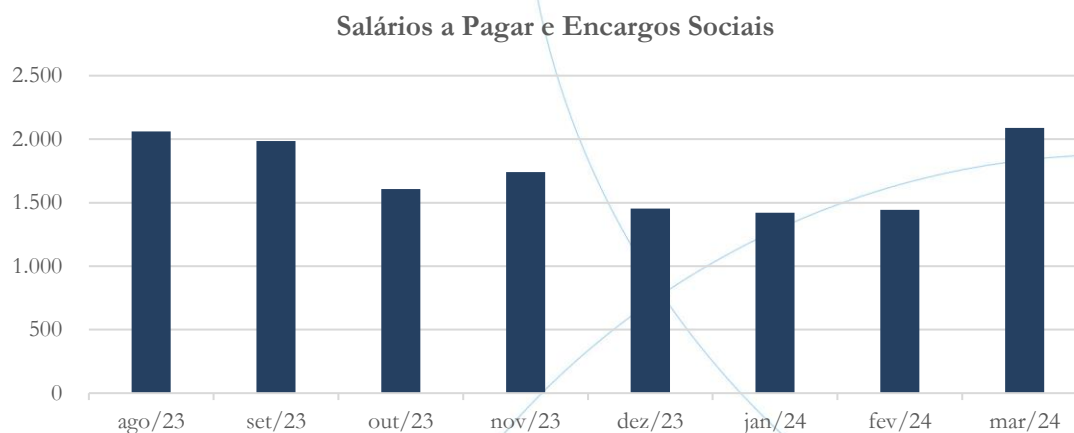
5.1.10. Empréstimos e Financiamentos

O Grupo passou a registrar saldo de empréstimos e financiamentos a partir de dezembro/2023, quando apresentou saldo de R\$ 6,2 milhões. Entre os meses de janeiro/2024, com saldo no valor de R\$ 18,0 milhões, e fevereiro/2024, cujo valor foi de R\$ 30,6 milhões os empréstimos e financiamentos apresentaram alta de 69,6%. No mês de março/2024, o saldo foi de R\$ 40,4 milhões o que representa um aumento de 44,7%. Referidas operações se concentram na Virgolino Oliveira S/A e se referem a operação com fundo de direitos creditórios. Solicitamos às recuperandas que nos esclareçam sobre as razões para o aumento das operações de empréstimos e financiamentos e como foram utilizados os recursos obtidos.

Não há registro de operações de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante.

5.1.11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

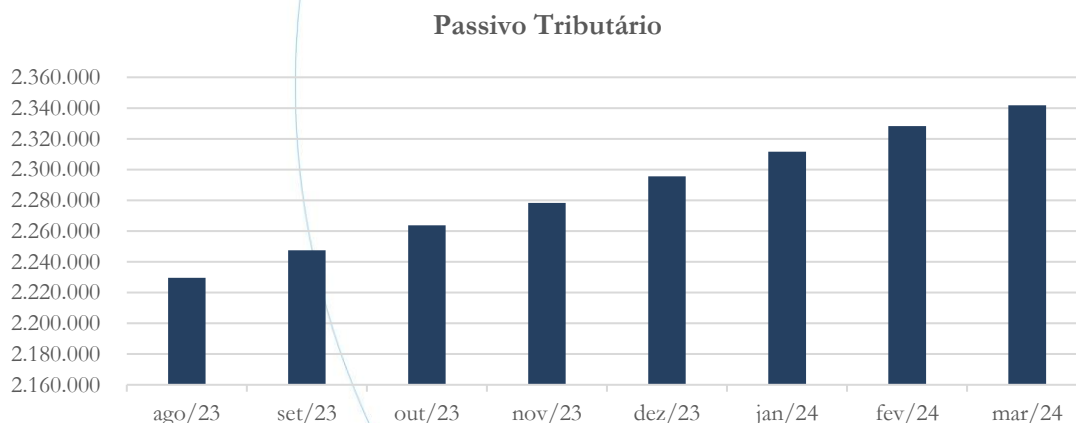
Gráfico 9



O passivo trabalhista, com saldo de R\$ 1,4 milhão em fevereiro/2024, apresentou aumento de 44,7% em março/2024, quando contabilizou o valor de R\$ 2,09 milhões.

5.1.12. Passivo Tributário

Gráfico 10



Nos últimos dois meses, os passivos tributários apresentaram aumento de 0,72% e de 0,58%, registrando saldo no valor de R\$ 2,34 bilhões em março/2024.

A tabela abaixo sumaria os saldos dos tributos devidos, por natureza:

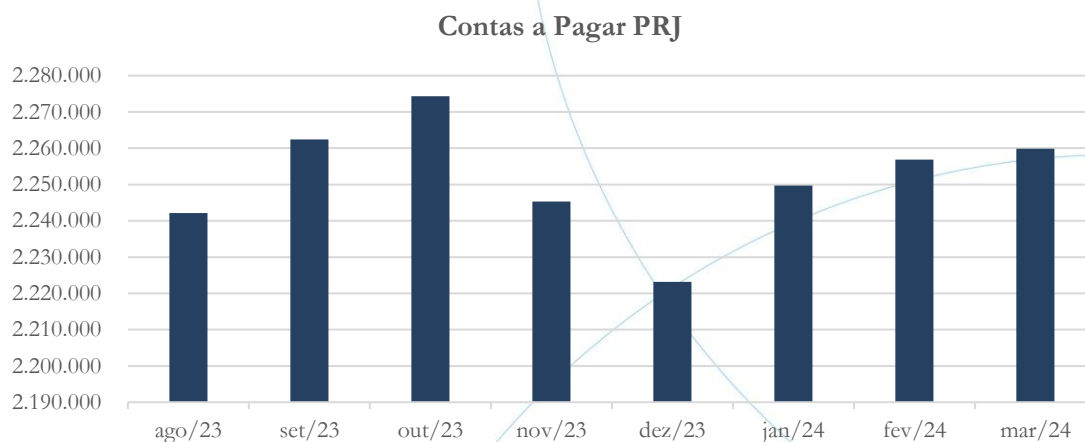


Passivo Tributário	out/23	nov/23	dez/23	jan/24	fev/24	mar/24
Tributos Federais	745.855	752.593	759.312	765.911	772.064	778.281
Tributos Estaduais	688.900	693.784	696.602	700.946	704.916	707.869
Encargos Previdenciários	617.476	621.059	624.450	627.097	631.993	635.349
Taxas Associação de Fornecedores de Cana	128.882	129.609	130.333	130.981	131.692	132.278
Taxas	40.309	38.693	42.028	43.875	44.440	44.739
Tributos Municipais	6.371	6.418	6.487	6.491	6.633	6.685
Outros	36.002	36.184	35.505	35.778	36.496	36.589
Total	2.263.794	2.278.340	2.294.717	2.311.079	2.328.234	2.341.790

Conforme reportado pelo Grupo, em fevereiro/2023, foram firmados Termos de Transação com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por meio dos quais todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado, haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531. Além disso, haverá a possibilidade da utilização de saldos de prejuízos fiscais e de bases negativas da contribuição social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

5.1.13. Contas a Pagar – PRJ

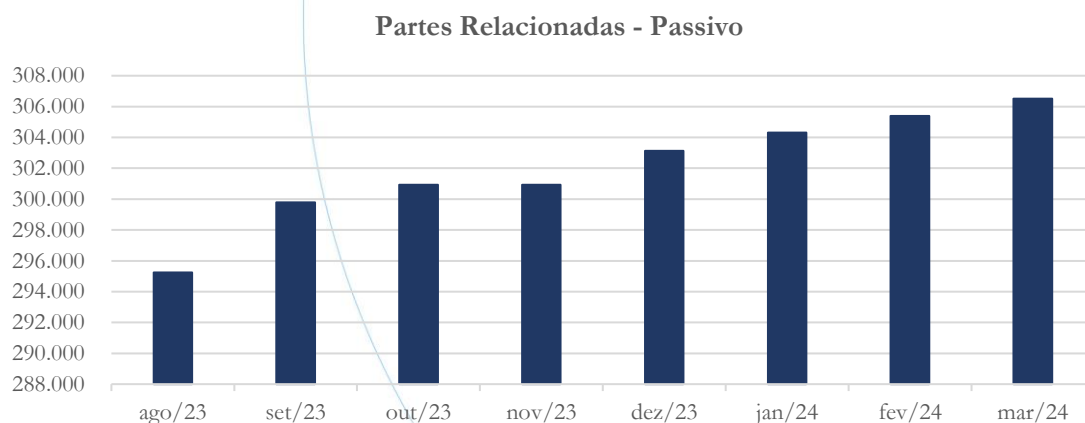
Gráfico 11



A recuperanda apresenta saldo de contas a pagar relacionado ao processo recuperacional no valor total de R\$ 2,25 bilhões entre os meses de fevereiro/2024 e março/2024.

5.1.14. Partes Relacionadas

Gráfico 12



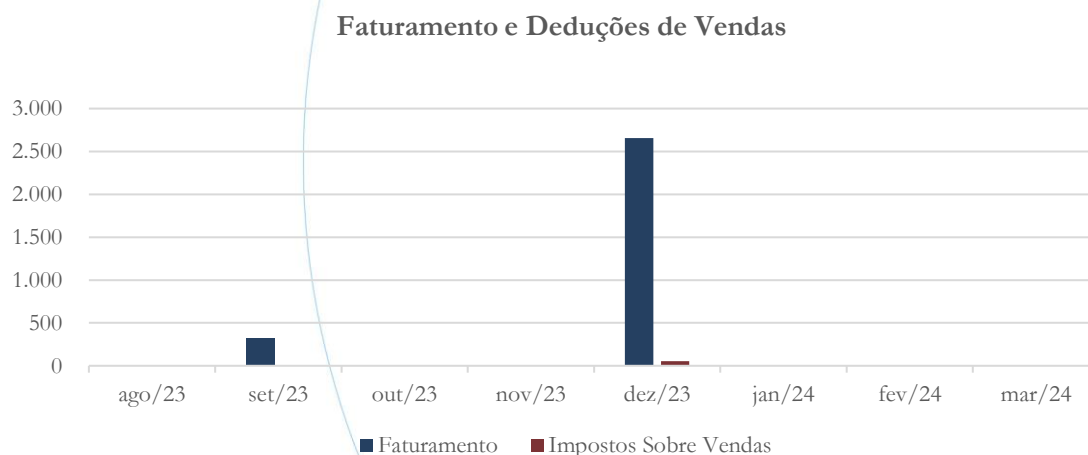
O saldo remanescente de transações com partes relacionadas nas demonstrações contábeis combinadas preparadas pelo Grupo se referem a transações com pessoas físicas, dentre elas sócios das empresas que compõem o Grupo.

5.2. Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), como relatório contábil é confeccionada junto com o Balanço Patrimonial e oferece uma síntese econômica das atividades operacionais e não operacionais de uma empresa, permitindo visualizar assim se ela está gerando lucro ou prejuízo, em um determinado período.

5.2.1. Faturamento e Deduções de Vendas

Gráfico 13



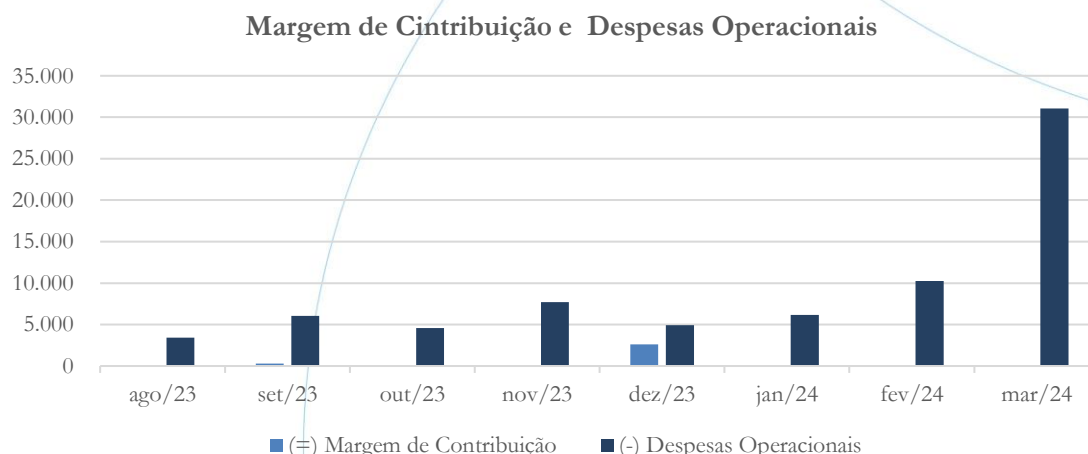
Como mencionado anteriormente, o Grupo registrou faturamento no mês de dezembro/2023, fruto da venda de cana-de-açúcar no total de R\$ 2,6 milhões. Entre o período de janeiro/2024 a março/2024, não houve a contabilização de faturamento.

5.2.2. Custo de Vendas

O Grupo não registrou custo de vendas em todo o período compreendido entre agosto/2023 e março/2024, exceto pelo mês de dezembro/2023, no qual se registraram R\$ 54 mil nesta rubrica.

5.2.3. Margem de Contribuição e Despesas Operacionais

Gráfico 14

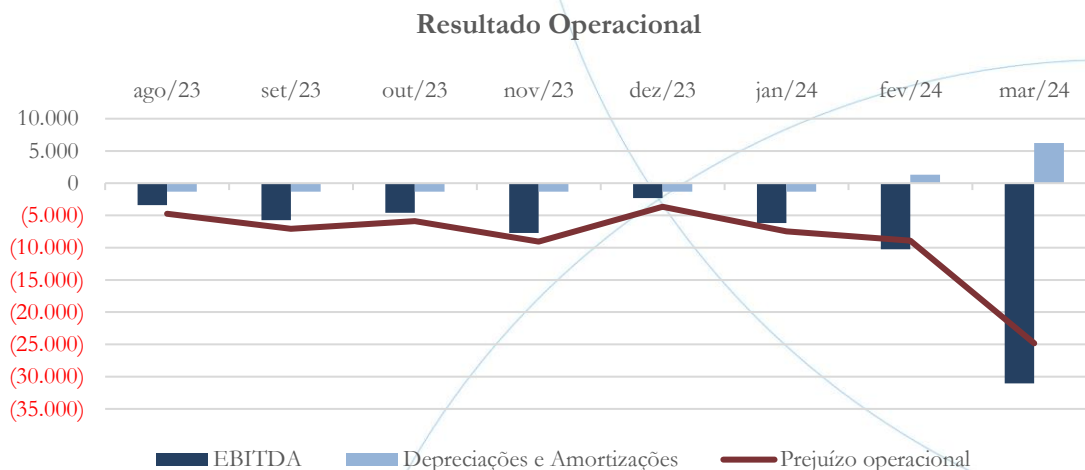


Entre os meses de janeiro/2024 a março/2024 não houve apuração de margem de contribuição.

As despesas operacionais, que apresentavam saldo de R\$ 6,1 milhões em janeiro/2024, contabilizaram valor de R\$ 10,2 milhões em fevereiro/2024 finalizando o período em análise com o valor de R\$ 31,05 milhões. Tendo em vista a significância dos aumentos, solicitamos às recuperandas que nos esclareçam sobre sua natureza e razões.

5.2.4. Resultado Operacional

Gráfico 15



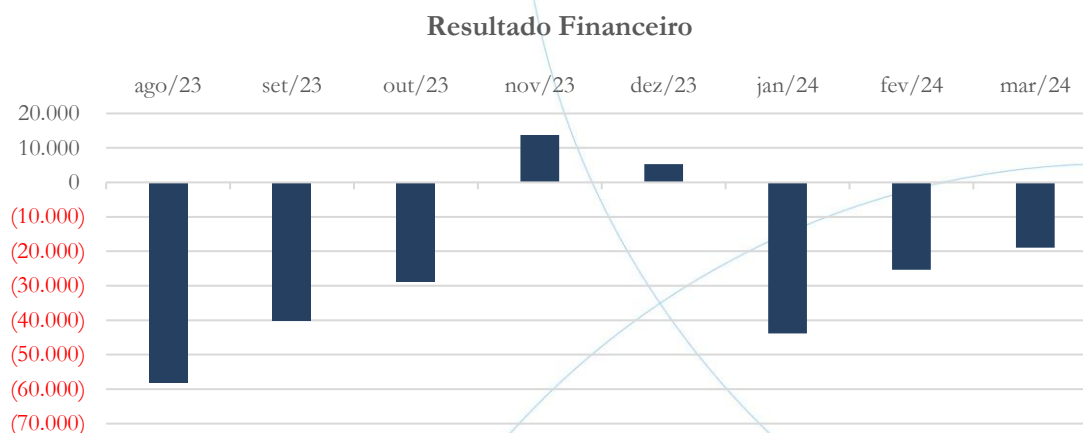
No período de janeiro/2024 a março/2024, o resultado operacional antes das depreciações apresentou saldo negativo no valor de R\$ 47,5 milhões.

As depreciações registradas no período de agosto/2023 a fevereiro/2024 mantiveram-se estáveis. Em março/2024, o saldo contabilizado foi de R\$ 6,2 milhões.

Solicitamos esclarecimentos sobre a razão para o referido aumento.

5.2.5. Resultado Financeiro

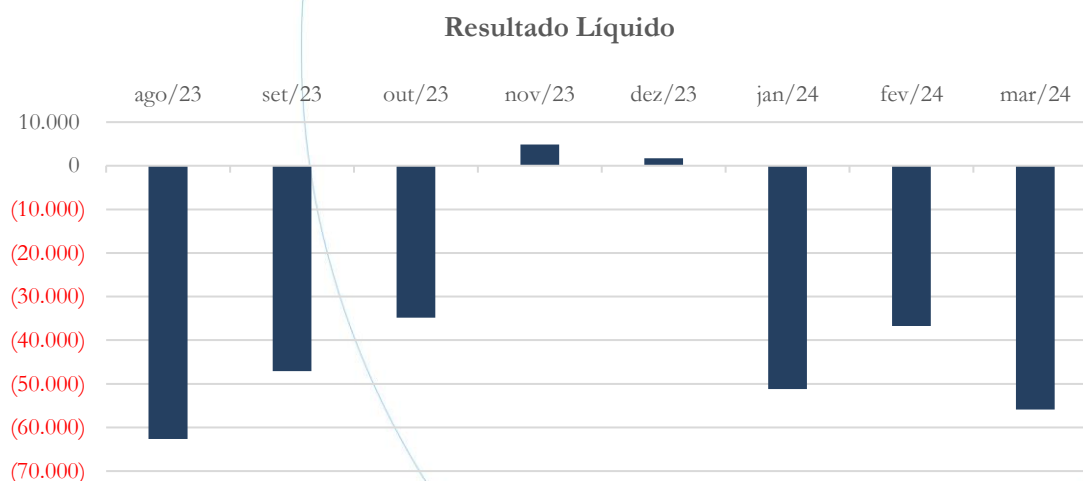
Gráfico 16



Nos meses de fevereiro/2024 e março/2024 foram contabilizadas despesas financeiras líquidas no valor de R\$ 25,3 milhões e R\$ 18,9 milhões, respectivamente e variações cambiais que totalizaram R\$ 10,1 milhões no mesmo período.

5.2.6. Resultado Líquido

Gráfico 17



No primeiro trimestre de 2024 foi contabilizado prejuízo líquido de R\$ 143,8 milhões.

5.3. *Demonstrativo do Fluxo de Caixa*

De acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 03 R2), a demonstração dos fluxos de caixa proporciona aos usuários das demonstrações contábeis parâmetro a respeito da capacidade da empresa de gerar ou não caixa e equivalentes de caixa, bem como o uso destes recursos. Nesse sentido e, segundo Sérgio Adriano⁷:

A DFC informa as entradas em dinheiro e as saídas em dinheiro de uma empresa em atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos, sendo que a soma dessas três atividades resulta na variação líquida de caixa ocorrida no período contábil, que somada ao saldo inicial de caixa mais equivalente de caixa resulta no saldo final de caixa mais o equivalente de caixa.

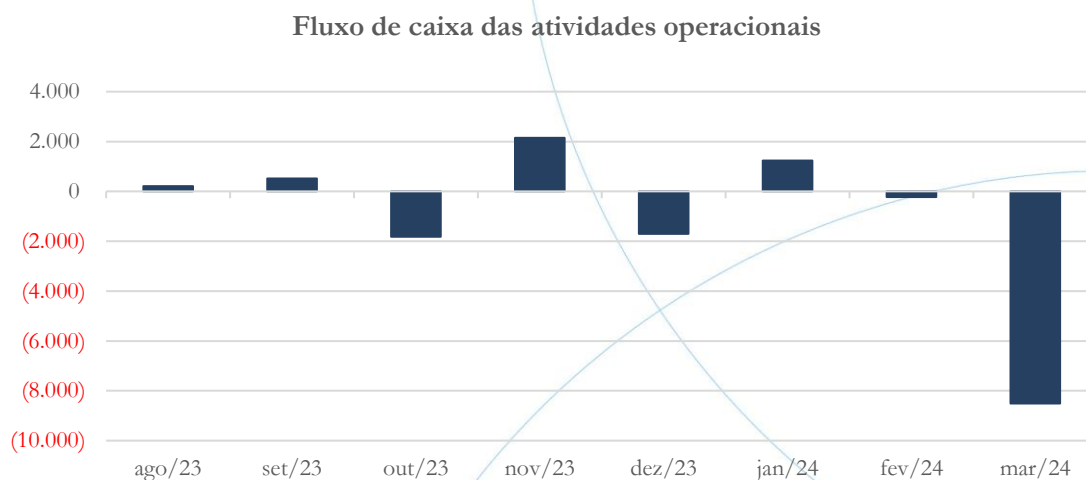
A DFC compreende os fluxos de caixa gerado ou utilizado nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, as quais apresentaremos abaixo.

5.3.1. **Atividades Operacionais**

Como resultado da atividade operacional, o montante do fluxo de caixa demonstrará se as operações realizadas pela empresa são suficientes para amortizar empréstimos, manter sua capacidade operacional, pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio, bem como realizar novos investimentos.

⁷ Adriano, Sérgio. *Manual dos pronunciamentos contábeis comentados*, 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2018:217.

Gráfico 18



Conforme se pode verificar no gráfico acima, as operações durante os meses de fevereiro/2024 e março/2024 consumiram recursos no montante de R\$ 225 mil e 8,5 milhões, respectivamente.

5.3.2. Atividades de Investimento

O fluxo advindo dessa atividade representa os gastos com despesas de capital ou gerados por atividades de investimento, visando o patrimônio de longo prazo, isto é, o negócio em funcionamento.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de investimento.

5.3.3. Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa das atividades de financiamento representa as entradas com empréstimos e financiamentos de curto prazo, assim como saídas com pagamento destas dívidas e pagamento de proventos aos acionistas.

Nos meses analisados o Grupo não utilizou ou gerou recursos de atividades de financiamento.

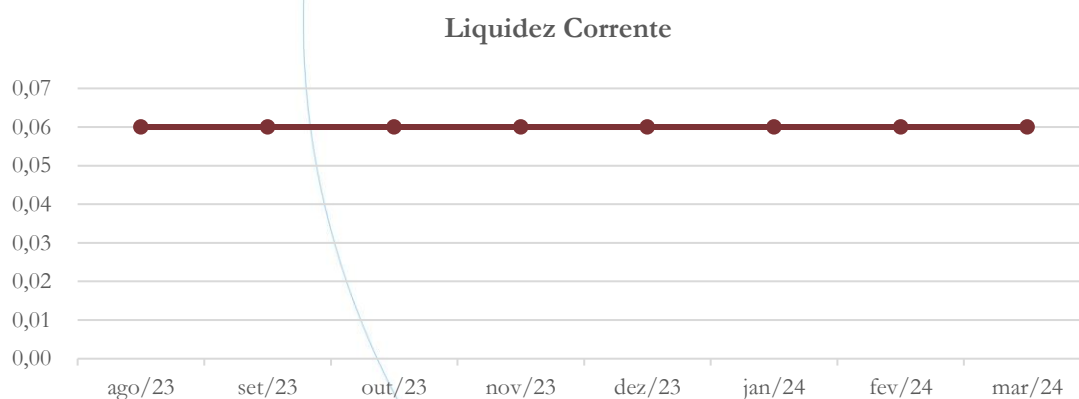
5.4. Índices e Indicadores

Os índices e indicadores são resultados obtidos através da análise contábil de uma empresa, os quais fornecem informações relevantes a respeito das operações realizadas, possibilitando uma melhor avaliação, via fórmulas matemáticas, na averiguação das demonstrações financeiras.

5.4.1. Liquidez Corrente

A liquidez corrente⁸ – obtida através da razão entre o ativo circulante e o passivo circulante – tem como objetivo demonstrar se a empresa tem condições financeiras de honrar suas obrigações imediatas, ou seja, aquelas de curto prazo.

Gráfico 19



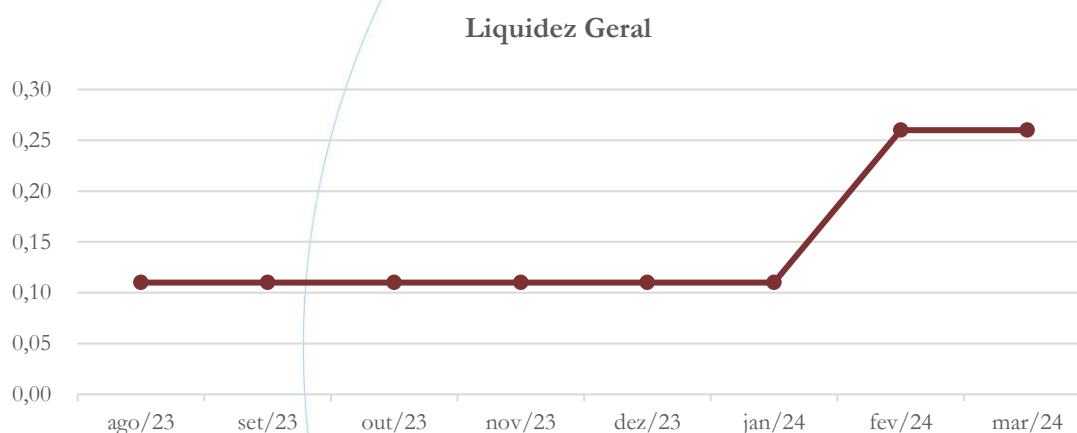
⁸ Quanto maior for o índice encontrado, melhor é a situação de liquidez da empresa.

Conforme demonstrado no gráfico acima, este índice se mantém constante, indicando que o Grupo dispõe de R\$ 0,06 para honrar cada R\$ 1,00 de passivo de curto prazo contabilizado.

5.4.2. Liquidez Geral

Objetiva comparar a capacidade da empresa a curto e a longo prazos⁹. Neste sentido, quando o resultado deste indicador for menor que 1, em tese, a empresa estaria com problemas financeiros e, conseqüentemente, apresentaria dificuldades em cumprir suas obrigações.

Gráfico 20



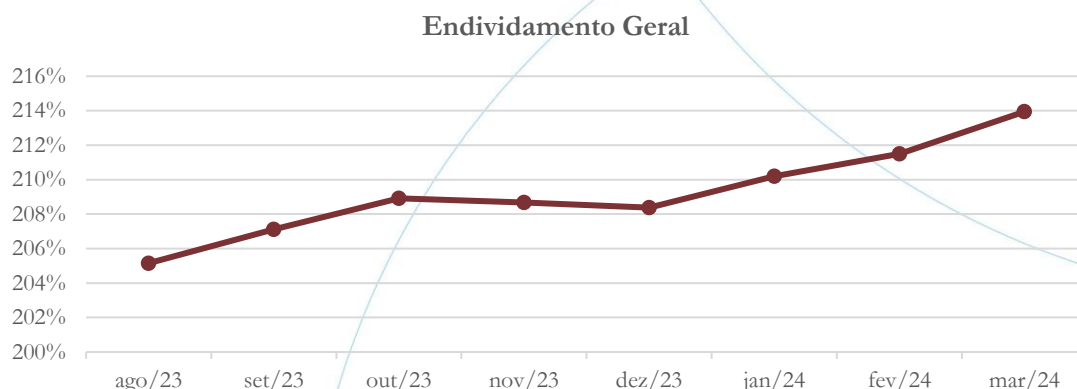
O índice de liquidez geral apresentou aumento no mês de fevereiro/2024 e manteve-se estável no mês de março/2024, apresentando R\$ 0,26 para cada R\$ 1,00 de dívida adquirida a curto e longo prazo.

⁹ Calcula-se a liquidez geral através da soma do ativo circulante e realizável a longo prazo dividido pela soma do passivo circulante e não circulante.

5.4.3. Endividamento

O objetivo deste índice é verificar o percentual de capital de terceiros que a empresa utiliza no período sob análise. Neste sentido, quanto mais elevado for o índice, maior o grau de endividamento no andamento de suas atividades.

Gráfico 21

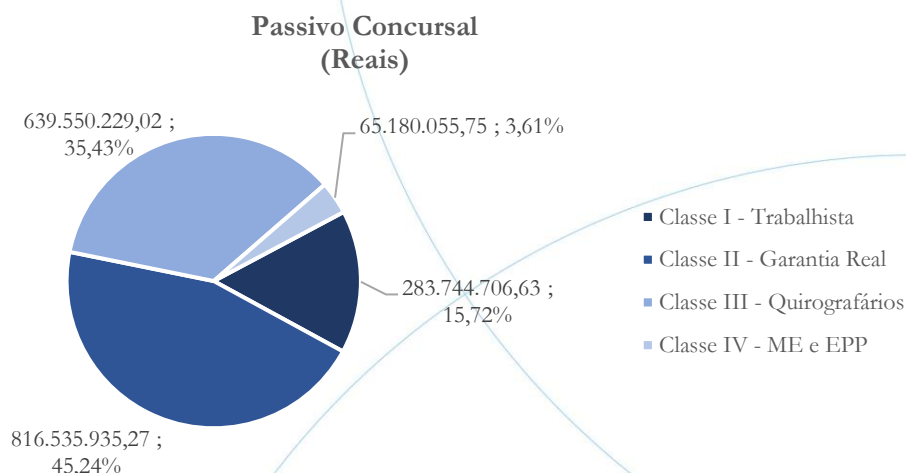


Observando o gráfico acima verifica-se elevação deste índice, que se encontra em alto patamar, indicando relevante índice de endividamento. Em março/2024, o endividamento do Grupo, representando pelos seus passivos circulantes e não circulantes, excedia os ativos totais em cerca de 114%.

6. Passivo concursal

A recuperanda possui o seguinte passivo concursal:

Gráfico 22

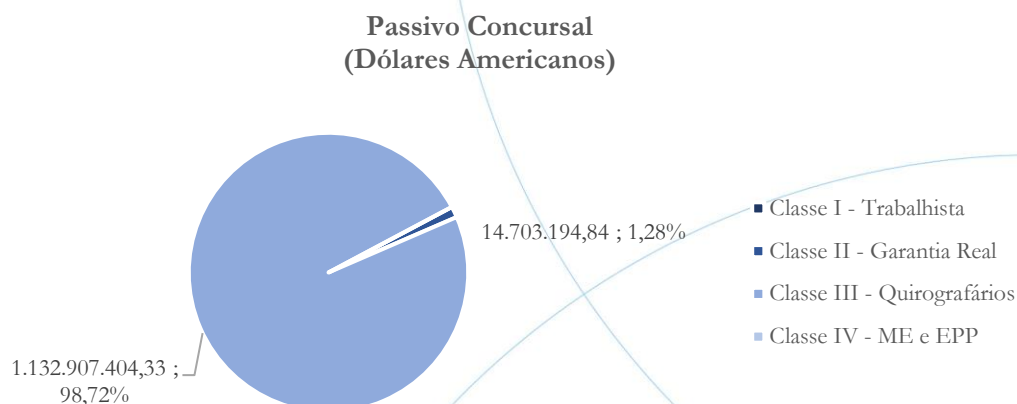


O passivo concursal (em R\$), conforme a lista do art. 7º, § 2º, da Lei 11.101/2005, totaliza R\$ 1,8 bilhão, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em R\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	283.744.706,63	15,72%
Classe II - Garantia Real	816.535.935,27	45,24%
Classe III - Quirografários	639.550.229,02	35,43%
Classe IV - ME e EPP	65.180.055,75	3,61%
Total	1.805.010.926,67	100,00%

A Classe I, trabalhista, representa 15,72% do crédito sujeito a recuperação judicial, enquanto a Classe II, credores que possuem garantia real, 45,24%. A Classe III, quirografários, representa 35,43% e a Classe IV, 3,61% do valor total do crédito.

Gráfico 23



O GVO possui passivo concursal em dólares americanos no valor de US\$ 1,16 bilhão, conforme tabela abaixo:

Classes de Credores	Valor do Crédito (em US\$)	Participação
Classe I - Trabalhista	0,00	0,00%
Classe II - Garantia Real	14.703.194,84	1,28%
Classe III - Quirografários	1.132.907.404,33	98,72%
Classe IV - ME e EPP	0,00	0,00%
Total:	1.147.610.599,17	100,00%

Em 31/01/2022, o passivo concursal convertido pela Ptax do Banco Central (R\$ 5,3574/USD) totalizava R\$6.148.209.023,99 perfazendo um passivo concursal no valor de R\$7,953 bilhões.

O Grupo possui ainda passivo extraconcursal no valor de R\$ 1,16 bilhão.

7. Análise e considerações finais

O Grupo não apresentou faturamento no primeiro trimestre de 2024. Não obstante, apurou despesas operacionais no valor de R\$ 47,5 milhões e despesas financeiras líquidas no valor de R\$ 88,1 milhões. Tudo isso somado a depreciações no valor de R\$ 8,9 milhões, e créditos fiscais diferidos no valor de R\$ 0,5 milhão, resultou em prejuízo líquido no valor de R\$ 143,9 milhões.

No mais, continuaremos acompanhando!

8. Acompanhamento processual

Recuperação Judicial

Processo n. 1000626-29.2021.8.26.0531

28/05/2021	• Pedido de Recuperação Judicial
08/06/2021	• Deferimento do Pedido de Recuperação Judicial
30/06/2021	• Edital do Artigo 52, § 1º da Lei 11.101/2005.
10/08/2021	• Plano de Recuperação Judicial
06/10/2021	• Edital do Artigo 53 da Lei 11.101/2005.
09/11/2021	• Edital do Artigo 7º da Lei 11.101/2005.
11/07/2022	• PRJ consolidado
11/07/2022	• Aprovação do PRJ
08/12/2022	• Homologação do PRJ
17/02/2023	• Edital – UPI Terras I

Para verificação do andamento processual acesse o site: www.r4cempresarial.com.br

9. Anexos

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
29 de fevereiro de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balanços patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 10 (dez) meses findos em 29 de fevereiro de 2024.

Ariranha (SP), 22 de março de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP/248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	29/02/2024	Circulante	Nota	29/02/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.075	Fornecedores		13.445
Contas a Receber	3	3.282	Empréstimos e Financiamentos		30.570
Estoques	4	5.810	Salários a Pagar e Encargos Sociais		1.443
Impostos a Recuperar	5	86.622	Contas a pagar - Cooperativa	9	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.328.235
Adiantamentos a Fornecedores		21.182	Outras Contas a Pagar		34.165
Ativo Biológico		-	Contas a Pagar PRJ	11	2.256.830
Outros Créditos	6	165.974	Passivo de Arrendamentos		46
Total do ativo circulante		284.945	Total do passivo circulante		4.717.420
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos Judiciais		262.352	Empréstimos e Financiamentos		-
Outros Créditos	6	3.159	Contas a pagar - Cooperativa	9	65.305
Ativo Fiscal Diferido		15.238	Provisão para Contingências	12	53.145
Partes Relacionadas - Ativo		-	Passivo Fiscal Diferido		0
Total do realizável a longo prazo		280.748	Partes Relacionadas - Passivo	13	305.391
Investimentos	7	778.943	Impostos e Contribuições a Recolher		248
Imobilizado	8		Outras Contas a Pagar		-
Custo		1.590.354	Total do passivo não circulante		424.089
Depreciação Acumulada		(504.101)	Patrimônio Líquido		
Direito de Uso		46	Capital Social	14	48.679
		1.865.242	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		2.145.990	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.430.935	Prejuízos Acumulados		(2.776.968)
			Total do patrimônio líquido		(2.710.575)
			Total do passivo		5.141.510
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.430.935

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	29/02/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	15	-	3.631
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	(74)
Receita líquida de vendas		-	3.556
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		-	3.552
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	16	(4.503)	(40.059)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(5.747)	(10.204)
Total das despesas operacionais		(10.250)	(50.263)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(10.250)	(46.711)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(1.331)	(13.787)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(11.581)	(60.498)
Resultado financeiro	17		
Receitas Financeiras		15	211
Despesas Financeiras		(18.268)	(166.482)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(7.072)	3.987
Resultado financeiro líquido		(25.325)	(162.284)
IRPJ / CSLL - Diferido		168	1.222
Lucro (prejuízo) do período		(36.739)	(221.561)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE	29/02/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(36.739)	(221.561)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(36.739)	(221.561)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 10 (dez) meses findos em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.013)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(221.561)	(221.561)
Em 29 de fevereiro de 2024	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.776.967)</u>	<u>(2.710.574)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

	29/02/2024	
	Mensal	Acumulado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(36.739)	(221.561)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	1.331	13.787
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalencia patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	-	-
Juros e variações monetarias e cambiais liquidas	12.546	30.570
	(22.861)	(177.203)
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	8	3.084
Estoques	573	2.010
Adiantamentos a fornecedores	(6.229)	(15.904)
Outros créditos	(357)	2.396
Ativos e passivos fiscais diferidos	(168)	(1.222)
Fornecedores	2.007	2.299
Salarios e encargos sociais	24	(464)
Depositos Judiciais	-	7
Impostos e contribuições a recolher	16.558	158.009
Outras contas a pagar	2.070	16.817
Contas a Pagar PRJ	7.072	(3.987)
Partes relacionadas	1.079	14.681
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(225)	524
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	-	(46)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	-	(46)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	-	-
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(225)	478
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	2.080	2.080
No início do período	2.305	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(225)	478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 10 (dez) meses findos em 29 de fevereiro de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	29/02/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.424
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	25.463
Outros	1.735
	86.622

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	29/02/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	165.883
Empréstimos compulsórios	2.692
Demais contas a receber	559
	169.133
Ativo circulante	165.974
Ativo não circulante	3.159
	169.133

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

	29/02/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agricola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenicia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecrer S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoral Agricola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	281.562,12	(281.562,12)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	29/02/2024			31/01/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Lavouras de cana-de-açúcar	153.913	(148.234)	5.679	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	(54.643)	35.543	35.690
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	380.888	(275.868)	105.020	106.186
Móveis e utensílios	9.163	(7.700)	1.463	1.474
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.462	(17.655)	1.807	1.813
	<u>1.590.352</u>	<u>(504.101)</u>	<u>1.086.251</u>	<u>1.087.583</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/01/2024				29/02/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	5.679	-	-	-	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	-	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.690	-	(147)	-	35.543
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	106.186	-	(1.166)	-	105.020
Móveis e utensílios	1.474	-	(12)	-	1.463
Obras em andamento	15.812	-	-	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	-	-	877.278
Outras imobilizações	1.813	-	(6)	-	1.807
	<u>1.087.583</u>	<u>-</u>	<u>(1.331)</u>	<u>-</u>	<u>1.086.251</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	29/02/2024			31/01/2024
	Custo	Depreciação		Líquido
		Acumulada	Líquido	
Lavouras de cana-de-açúcar	85.914	(81.015)	4.899	4.899
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.830)	1.371	1.385
Outras imobilizações	9.868	(8.767)	1.101	1.103
	<u>105.983</u>	<u>(98.612)</u>	<u>7.371</u>	<u>7.387</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em 29/02/2024
	31/01/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Lavouras de cana-de-açúcar	4.899	-	-	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	1.385	-	(14)	-	1.371
Outras imobilizações	1.103	-	(2)	-	1.101
	<u>7.387</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>7.371</u>

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	29/02/2024			31/01/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.365	(10.872)	8.493	8.526
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	60.213	(48.402)	11.811	11.935
Móveis e utensílios	6.399	(5.053)	1.346	1.355
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	456	(163)	293	293
	<u>426.633</u>	<u>(64.490)</u>	<u>362.143</u>	<u>362.309</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em 29/02/2024
	31/01/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	1.285	-	-	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.526	-	(34)	-	8.493
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	11.935	-	(124)	-	11.811
Móveis e utensílios	1.355	-	(8)	-	1.346
Obras em andamento	12.775	-	-	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	-	-	326.140
Outras imobilizações	293	-	(0)	-	293
	<u>362.309</u>	<u>-</u>	<u>(167)</u>	<u>-</u>	<u>362.143</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	29/02/2024			31/01/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.641)	25.679	25.779
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(227.466)	93.209	94.251
Móveis e utensílios	2.764	(2.648)	116	120
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	<u>732.941</u>	<u>(251.755)</u>	<u>481.186</u>	<u>482.332</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	31/01/2024				29/02/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.779	-	(100)	-	25.679
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	94.251	-	(1.042)	-	93.209
Móveis e utensílios	120	-	(3)	-	116
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	<u>482.332</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>481.186</u>

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	29/02/2024			31/01/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	67.999	(67.219)	780	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.300	(13.300)	-	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	9.138	(8.725)	413	416
	<u>324.795</u>	<u>(89.244)</u>	<u>235.551</u>	<u>235.554</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	31/01/2024	Adições	Depreciações	Baixas	29/02/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	780	-	-	-	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	416	-	(4)	-	413
	<u>235.554</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>235.551</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>29/02/2024</u>
Salários e honorários e encargos a pagar	699
Provisão de férias e encargos	618
Provisão para 13 salário e encargos	<u>126</u>
	<u>1.443</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>29/02/2024</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(9.902)</u>
Total	<u>117.991</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>65.305</u>
	<u>117.991</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título de adiantamento de safras futuras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	29/02/2024
Tributos Estaduais	745.543
Tributos Federais	1.404.185
Tributos Municipais	31.965
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	140.003
Tributos Sindicais	6.540
	2.328.235

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	29/02/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	671.271
Credores Classe III - Quirografários	1.225.642
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.366
Credores Extraconcursais	63.108
	2.256.830

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 53.145, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	29/02/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.840
Hermelindo Ruete de Oliveira	81.300
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	305.391

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em rec	Capital Social	Percentual de participação das Pessoas Físicas	Parcelas eliminadas na Consolidação	Parcelas de acionistas Pessoas Físicas
Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açucar e Álcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuaria Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50
Usina Catanduva S.A. Açucar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rui	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334.603</u>		<u>1.285.923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>29/02/2024</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	3.145
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>485</u>
Receita Bruta das vendas	3.631
(-) Impostos sobre vendas	<u>(74)</u>
Receita líquida das vendas	<u>3.556</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>29/02/2024</u>
Despesas com pessoal	9.814
Serviços de terceiros	24.069
Taxas e tributos	4.048
Diversos	<u>2.127</u>
	<u>40.059</u>


*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 29 de fevereiro de 2024
Valores em Milhares de Reais*

18 Resultado financeiro

	29/02/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	211
	211
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(124.681)
Outras despesas financeiras	(41.801)
	(166.483)
Variações cambiais liquidas	3.988
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro liquido	(162.284)



 CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



 GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.
e empresas controladas (Grupo Virgolino de
Oliveira) – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2024.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

Conteúdo

Balancos patrimoniais	4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações de resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial

Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial

Relatório da administração

Aos Acionistas da
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira – Em recuperação judicial
Ariranha - SP

Senhores Acionistas:

Apresentamos e submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Virgolino de Oliveira que incluem os Balanços patrimoniais, a Demonstração de resultados, dos Resultados abrangentes, das Mutações do Patrimônio líquido, dos Fluxos de caixa e as Notas explicativas da Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas controladas (Grupo Virgolino de Oliveira) – Em Recuperação Judicial, relativos ao período societário de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2024.

Ariranha (SP), 25 de abril de 2024.


CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
CPF: 848.781.698-34


GIOVANI RODRIGO PRAIS
CONTADOR CRC 1/SP/248302/O-1

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVO			PASSIVO		
Circulante	Nota	31/03/2024	Circulante	Nota	31/03/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.653	Fornecedores		17.469
Contas a Receber	3	3.300	Empréstimos e Financiamentos		40.369
Estoques	4	4.941	Salários a Pagar e Encargos Sociais		2.088
Impostos a Recuperar	5	86.766	Contas a pagar - Cooperativa	9	52.686
Contas a Receber - Cooperativa		-	Impostos e Contribuições a Recolher	10	2.341.790
Adiantamentos a Fornecedores		24.859	Outras Contas a Pagar		39.099
Ativo Biológico		-	Contas a Pagar PRJ	11	2.259.891
Outros Créditos	6	166.024	Passivo de Arrendamentos		46
Total do ativo circulante		287.544	Total do passivo circulante		4.753.439
Não Circulante			Não Circulante		
Depósitos Judiciais		146.053	Empréstimos e Financiamentos		-
Outros Créditos	6	119.512	Contas a pagar - Cooperativa	9	66.229
Ativo Fiscal Diferido		15.552	Provisão para Contingências	12	68.026
Partes Relacionadas - Ativo		-	Passivo Fiscal Diferido		0
Total do realizável a longo prazo		281.117	Partes Relacionadas - Passivo	13	306.520
Investimentos	7	778.943	Impostos e Contribuições a Recolher		239
Imobilizado	8		Outras Contas a Pagar		-
Custo		1.437.512	Total do passivo não circulante		441.014
Depreciação Acumulada		(357.198)	Patrimônio Líquido		
Direito de Uso		46	Capital Social	14	48.679
		1.859.302	Reserva de Capital		7.519
Total do ativo não circulante		2.140.419	Ajuste de avaliação patrimonial		10.196
Total do ativo		2.427.963	Prejuízos Acumulados		(2.832.884)
			Total do patrimônio líquido		(2.766.490)
			Total do passivo		5.194.453
			Total do passivo e patrimônio líquido		2.427.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	Nota	31/03/2024	
		Mensal	Acumulado
Receita Bruta de Vendas	15	-	3.631
Impostos Indicentes Sobre Vendas		-	(74)
Receita líquida de vendas		-	3.556
Varição do valor justo dos ativos biológicos		-	-
Custo dos Produtos Vendidos		-	(4)
Lucro (prejuízo) bruto		-	3.552
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e Administrativas	16	(5.168)	(45.227)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais, Líquidas		(25.888)	(36.092)
Total das despesas operacionais		(31.055)	(81.319)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e da equivalência patrimonial e de depreciações e amortizações		(31.055)	(77.766)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Depreciações e amortizações	8	(6.230)	(20.018)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido		(37.286)	(97.784)
Resultado financeiro	17		
Receitas Financeiras		15	226
Despesas Financeiras		(15.898)	(182.380)
Receitas (Despesas) Financeiras PRJ		-	-
Variações Cambiais, Líquidas		(3.061)	925
Resultado financeiro líquido		(18.944)	(181.228)
IRPJ / CSLL - Diferido		314	1.536
Lucro (prejuízo) do período		(55.916)	(277.476)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO ABRANGENTE	31/03/2024	
	Mensal	Acumulado
Lucro (Prejuízo) do período	(55.916)	(277.476)
Ajustes acumulados de conversão	-	-
Resultado abrangente total	(55.916)	(277.476)

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
 Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 Exercícios societários de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

	Capital social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Em 30 de abril de 2023	48.679	7.519	10.196	(2.555.406)	(2.489.013)
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	(277.476)	(277.476)
Em 31 de março de 2024	<u>48.679</u>	<u>7.519</u>	<u>10.196</u>	<u>(2.832.883)</u>	<u>(2.766.490)</u>

As Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas - Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira (Em Recuperação Judicial)
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

	31/03/2024	
	Mensal	Acumulado
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO		
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(55.916)	(277.476)
Ajustado por:	-	-
Depreciação e amortização	6.230	20.018
Valor residual do ativo permanente baixado	-	-
Impostos diferidos	-	-
Transferência para o Ativo Circulante	-	-
Varição no valor justo dos ativos biológicos	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	(0)
Resultado de equivalencia patrimonial	-	-
Baixa de reservas para o resultado	-	-
Ganho de Capital na avaliação de bens do imobilizado	781	781
Juros e variações monetarias e cambiais liquidas	642	1.477
	<u>(48.263)</u>	<u>(255.201)</u>
Varição nos ativos e passivos	-	-
Contas a receber	(18)	3.066
Estoques	869	2.879
Adiantamentos a fornecedores	(3.677)	(19.581)
Outros créditos	(248)	2.147
Ativos e passivos fiscais diferidos	(314)	(1.536)
Fornecedores	4.024	6.324
Salarios e encargos sociais	645	181
Depositos Judiciais	-	7
Impostos e contribuições a recolher	13.555	171.564
Outras contas a pagar	20.725	37.542
Contas a Pagar PRJ	3.061	(925)
Partes relacionadas	1.128	15.810
	<u>(8.512)</u>	<u>(37.724)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado e de Tratos culturais	(1.072)	(1.118)
Integralização de capital e investida	-	-
Incorporação de acervo patrimonial	-	-
	<u>(1.072)</u>	<u>(1.118)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos pagos	9.157	38.892
	<u>9.157</u>	<u>38.892</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		
	<u>9.157</u>	<u>38.892</u>
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(427)</u>	<u>51</u>
Demonstração do aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		
No final do período	1.653	1.653
No início do período	2.080	1.602
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>(427)</u>	<u>51</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1 Contexto operacional

A Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. (companhia) é a empresa líder do Grupo Virgolino de Oliveira, e tem sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como atividade preponderante o cultivo da cultura de cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes, à sua controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em Recuperação Judicial, e/ou a outras usinas, que exercem a atividade industrial. Essa companhia possui várias filiais, em municípios dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que operam com as mesmas atividades preponderantes do cultivo da cana-de-açúcar.

O Grupo Virgolino de Oliveira possui ainda as seguintes sociedades:

- a) **Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tendo como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, do etanol e de demais derivados de cana-de-açúcar, bem como operações de compras e vendas no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos seus produtos é oriunda substancialmente de lavouras da controladora Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A., de fornecedores e de acionistas, adquiridas em condições específicas definidas entre as partes. Essa Companhia possui ainda uma filial, com o mesmo objeto social, no município de Itapira, no Estado de São Paulo;
- b) **Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto principal a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados de cana-de-açúcar; geração e comercialização de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar e operações de compra e venda no mercado externo como importadora e/ou exportadora. A cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é oriunda substancialmente de lavouras da sua controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – Em Recuperação Judicial, de fornecedores e de acionistas adquiridas em condições definidas entre as partes; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- c) **Agropecuária Terras Novas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como atividade preponderante o cultivo da cultura da cana-de-açúcar, cuja produção é vendida em condições específicas definidas entre as partes e preferencialmente à companhia Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em Recuperação Judicial, que exerce a atividade industrial; essa companhia possui ainda uma filial com o mesmo objeto social no município de Monções, Estado de São Paulo;
- d) **Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, tem por objeto social a fabricação e o comércio de açúcar e álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

- e) **R.O. Serviços Agrícolas S.A.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, tem como objeto social a prestação de serviços de mão de obra para o setor agrícola e de máquinas agrícolas com operador, para empresas do Grupo Virgolino de Oliveira e/ou seus fornecedores agrícolas; porém, suas atividades operacionais estão paralisadas há longa data;
- f) **Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- g) **Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, e tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- h) **Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural**, empresa com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, tem como objeto social o cultivo da cana-de-açúcar em regime de parceria rural com a empresa Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial;
- i) **UPI Imóveis Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, e se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- j) **UPI Imóveis Urbanos Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- k) **UPI Terras Parte I Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- l) **UPI Terras Parte II Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social a gestão de ativos em atividades imobiliárias de imóveis próprios, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Agropecuária Terras Novas S.A. – Em recuperação judicial, relativo a bens imóveis, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- m) **UPI Usina Catanduva Ltda.**, com sede no município de Ariranha, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais*

de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Catanduva”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;

- n) **UPI Usina Itapira Ltda.**, com sede no município de Itapira, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Itapira”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado;
- o) **UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.**, com sede no município de Jose Bonifácio, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Jose Bonifácio”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado; e
- p) **UPI Usina Monções Ltda.**, com sede no município de Monções, Estado de São Paulo, é uma sociedade empresária limitada unipessoal, e tem como objeto social o Comercio Atacadista de Máquinas e Equipamentos Industriais, que se destina a receber futuro aporte de capital de sua quotista Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – Em recuperação judicial, relativo aos bens operacionais do parque industrial da “Usina Monções”, conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial aprovado.

O exercício social dessas companhias compreende o período de 1 de maio a 30 de abril do ano seguinte, exceto em relação as companhias Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural, Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural e Virgolino de Oliveira Filho Produtor Rural, que possuem exercício social semelhante ao ano fiscal - janeiro a dezembro de cada ano – e, nesse contexto, seus resultados foram ajustados, para que as demonstrações financeiras consolidadas reflitam o período societário de 11 (onze) meses findos em 31 de março de 2024.

Em 28 de maio de 2021 o Grupo Virgolino de Oliveira entrou com pedido de Recuperação Judicial, junto à Justiça Estadual do município de Santa Adélia, Estado de São Paulo, ao amparo das Leis 11.101/2005 e 14.112/2020; e obteve a sua homologação desse pedido em 8 de junho de 2021.

Em 11 de julho de 2022, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, e o resultado dessa assembleia, apresentou votos favoráveis nos seguintes patamares: (i) 37,76% dos Credores Trabalhistas – CLASSE I; (ii) 72,73% por credor e 82,38% por valor dos Créditos com Garantia Real – CLASSE II; (iii) 58,82% por credor e 91,55% por valor dos Créditos Quirografários – CLASSE III; e (iv) 72,92% por credor Microempresa e Empresas de pequeno porte – CLASSE IV.

Em 8 de dezembro de 2022, foi homologada a Recuperação Judicial.

Em 1 de fevereiro de 2023 o Grupo Virgolino de Oliveira, firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, no qual todo passivo fiscal tributário será liquidado. Os tributos em atraso estão sendo consolidados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Por esse acordo, alinhado ao Plano de Recuperação Judicial homologado,

haverá um pagamento inicial com recursos financeiros no montante de R\$ 53.215, já retidos e destinados para esse fim, nos autos do processo da Recuperação Judicial 1000626-29.2021.8.26.0531, além disso haverá a possibilidade da utilização de saldos de Prejuízos fiscais e de Bases Negativas da Contribuição Social, e parcela final da transação será liquidada com recursos obtidos na venda da UPI Usina Catanduva, que garantirá a operação até a sua liquidação final.

Em decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, de 22 de fevereiro de 2023, foi deferido efeito suspensivo no Plano de Recuperação Judicial, que se mantém até essa data.

Todas as unidades industriais estão com suas atividades paralisadas.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas contábeis compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização do ativo biológico, mensurado pelo seu valor justo conforme descrito adiante, e de outros ativos e passivos, quando aplicável. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As práticas contábeis adotadas nessas demonstrações financeiras estão consistentes com aquelas aplicadas no encerramento do exercício anterior, salvo, se for o caso, disposição em contrário, conforme os termos de divulgação descritos nesse relatório.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o grupo atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (reais), que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do grupo.

2.3 Transações, saldos e conversões em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se da taxa de câmbio na data das demonstrações financeiras e as respectivas variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem. Considera-se como em moeda estrangeira qualquer transação em moeda diferente da moeda funcional do grupo (no caso o R\$ - Real).

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem, exceto:

a) Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que estão inclusas no custo desses

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais*

ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos;

- b) Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio; e;
- c) Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior) reconhecidas inicialmente em “Outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado da amortização e itens monetários.

Todos os outros ganhos e perdas cambiais, incluindo os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, os ativos e passivos, quando existentes, das operações do grupo no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em Outros resultados abrangentes e acumuladas no Patrimônio líquido, sendo atribuídas às participações dos acionistas não controladores conforme apropriado.

2.4 Ativo imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, menos a depreciação acumulada, exceto para os terrenos, que não sofrem depreciação. A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens. Os juros incidentes sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados às obras em andamento.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

O grupo realiza as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil-econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Itens que se desgastam e substituídos durante a entressafra são ativados (diferidos industriais) por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte.

As plantações de cana-de-açúcar (soqueiras) são classificadas como ativo imobilizado, mensuradas pelo custo amortizado e são depreciadas ao longo de seis safras subsequentes, de forma linear, que leva em conta o período de vida útil econômica do canavial.

(i) Vida útil dos bens do ativo imobilizado

O grupo revisa anualmente a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, no fim de cada exercício social. Nesta revisão a vida útil estimada dos principais bens do ativo imobilizado pode ou não sofrer alterações. Os efeitos provenientes da revisão na estimativa da vida útil de tais bens são reconhecidos prospectivamente nas demonstrações financeiras.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, são as seguintes:

	Taxa média ponderada
Edifícios e benfeitorias	7,80%
Máquinas e implementos agrícolas	15,59%
Veículos e equipamentos de transportes	17,02%
Outros imobilizados	12,99%

2.5 Ativo biológico

O CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola/ IAS 41 – *Agriculture*, abrange o tratamento contábil das atividades que envolvem ativos biológicos, exceto plantas portadoras ou produtos agrícolas (na época da colheita). O ativo biológico e os respectivos produtos agrícolas devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas no ponto de venda e é apresentado no ativo circulante considerando que a maturidade e colheita da cana-de-açúcar é de doze ou dezoito meses, conforme a muda utilizada no plantio.

A metodologia adotada pelo grupo para satisfazer essa exigência de cálculo é a avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar através do fluxo de caixa descontado. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo do ativo biológico, tais como área produtiva e expectativa de produção, custos de plantio e de manutenção são revisadas anualmente, por ocasião da elaboração do balanço societário; outras estimativas como preços de comercialização dos produtos, são revisados periodicamente. As principais estimativas são: produção e produtividade por área, quantidade de açúcar (sacarose) por tonelada de cana-de-açúcar, preço do açúcar, preço do etanol, custos de plantio e custos de manutenção dos canaviais, taxa de câmbio, gastos com frete, colheita e transporte, além de taxas de juros.

A variação no valor justo do ativo biológico, de forma positiva ou negativa, até o limite de mais valias registradas, é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Custos dos produtos vendidos”. A parcela realizada é decorrente do consumo da porção do valor justo alocado aos estoques em períodos anteriores.

Na apuração do valor justo, o grupo leva em conta as seguintes considerações:

(i) Metodologia de avaliação

A metodologia utilizada na avaliação econômica e financeira do ativo biológico de cana-de-açúcar é a do fluxo de caixa descontado.

(ii) Taxa de desconto

A taxa de desconto utilizada no cálculo do fluxo de caixa descontado é de 4,18% e representa o custo médio ponderado do capital (WACC), líquido de tributos. Esta taxa, revisada anualmente, é utilizada para ser aplicada aos fluxos de caixas futuros do ativo biológico.

(iii) Visão geral de mercado

A cana-de-açúcar própria tem duas origens distintas: (a) de plantio em terras próprias; e (b) de plantio de terras arrendadas ou mantidas em regime de parceria rural junto a terceiros, sendo o grupo o responsável por toda a atividade agrícola. Esses contratos têm vigência normalmente em períodos de seis anos (um ciclo, podendo haver renovação).

2.6 Impairment de ativos tangíveis e intangíveis

O grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, o grupo calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

2.7 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e ambientais

O grupo reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deva ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma dessas características não é atendida, não se reconhece uma provisão.

O grupo constitui provisões para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de naturezas cível, ambiental, tributária e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de uma análise, efetuada pelos assessores jurídicos do grupo, internos e/ou externos, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de desfecho com resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam transitadas em julgado com posição favorável ao grupo, em caráter definitivo e quando é certo que esta irá realizar o ativo. Os tributos cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. Os depósitos judiciais realizados em garantia das ações judiciais em curso estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais” no ativo não circulante.

As provisões mantidas no balanço patrimonial referem-se às perdas decorrentes de litígios, com base nas probabilidades estimadas a partir da avaliação de seus assessores jurídicos, classificados como perda provável ou quando exigido pelas normas contábeis em vigor e no histórico de perda em casos semelhantes. As atualizações das provisões ocorrem mensalmente, acrescidas dos juros correspondentes.

As provisões são reavaliadas nas datas das demonstrações financeiras e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão é revertida.

O grupo é parte em diversos processos judiciais ou discussões administrativas oriundas do curso normal de seus negócios, o que inclui ações trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias.

3 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas ao custo e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável.

4 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e não excedem o valor de realização, e representam substancialmente estoques de insumos agrícolas, materiais de almoxarifado e outros.

5 Impostos a recuperar

	31/03/2024
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	59.383
Programa de Integração Social - Pis e Contribuições para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	26.164
Outros	1.220
	86.766

6 Outros créditos

A composição dos saldos e a seguir apresentado:

	31/03/2024
Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal	282.222
Empréstimos compulsórios	2.706
Demais contas a receber	609
	285.536
Ativo circulante	166.024
Ativo não circulante	119.512
	285.536

Direitos creditórios indenizatórios contra a União Federal

Está representado pelo saldo de créditos a receber que o grupo possui em processo judicial movido pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – Copersucar, que pleiteou indenização pelas usinas cooperadas, contra o antigo IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool (sucedido pela União Federal) por prejuízos decorrentes da defasagem de preços fixados pelo governo federal na década de 1980, conforme a Lei 4.870/65. Existem ainda execuções em andamento de mais R\$ 2.100.000 (cerca de R\$ 94.080 proporcionais à Companhia), que a União Federal apelou alegando excessos. O grupo espera realizar esse crédito atualizado pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

7 Investimentos

A composição dos investimentos é assim apresentada:

	31/03/2024
CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	18.781
Agropecuaria Terras Novas S.A - Agio na subscrição de capital	760.162
	778.943

O investimento no CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., é avaliado ao custo, ajustado pelo valor justo. O ágio apurado na subscrição de aumento de capital da controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A. – em recuperação judicial no capital social da também controlada Agropecuária Terras Novas S.A. – em recuperação judicial, é apresentado ao custo.

Investimentos avaliados ao custo em outras empresas

O grupo possui alguns outros investimentos, avaliados ao custo e remanescentes em sua escrituração há várias décadas. Apesar de alguns deles estarem relacionados a empresas existentes, não foi possível identificar e confirmar a adequada participação detida em cada uma dessas empresas. Em função de todo o tempo transcorrido, as expectativas de sucesso na localização desses investimentos, bem como, a sua adequada avaliação e mensuração são mínimas, em razão disso, foram constituídas “Provisões para perdas” nos exatos valores integrais desses investimentos, e registrado em conta de Provisão para Perdas em Investimentos, classificada no Ativo não circulante. Os investimentos e a provisão constituída (*estão sendo apresentados em Reais – R\$*) conforme segue:

	Custo	Provisão Perdas
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	1.430,21	(1.430,21)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia IPC90	893,86	(893,86)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	316,16	(316,16)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus	94.240,86	(94.240,86)
Cooperativa dos Cafeicultores e Citr. E.S.Paulo-Copercitrus IPC90	281,85	(281,85)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	230,00	(230,00)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba	26,12	(26,12)
Cooperativa Agrícola Regional de Piracicaba IPC90	26,24	(26,24)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas	86,80	(86,80)
Cooperativa Regional Agropecuaria de Campinas IPC90	87,21	(87,21)
Banco Bradesco S.A.	285,02	(285,02)
Banco Fenícia S.A.	2,24	(2,24)
Banco Nacional S.A.	3.344,27	(3.344,27)
Banco Brasileiro Comercial S.A. - BBC	50.000,00	(50.000,00)
Embraer S.A.	13.445,58	(13.445,58)
Condecrer S.A.	25.176,56	(25.176,56)
FISET PESCA SUDEPE	654,49	(654,49)
FINAM - Fundo de Investimentos na Amazonia	47.655,88	(47.655,88)
Fundo de Investimentos Setoriais FISET - PESCA	14.454,50	(14.454,50)
Hospital São Domingos S.A.	2.491,22	(2.491,22)
Pagrisa Pastoril Agrícola S.A.	1.221,74	(1.221,74)
FINOR - Fundo de Investimentos no Nordeste	3.057,37	(3.057,37)
Cooperativa Forn. Cana e Agropec. de Catanduva - COFOCAT	19.327,69	(19.327,69)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.124,75	(1.124,75)
Cooperativa de Mococa	582,05	(582,05)
Cooperativa dos Plant. de Cana Oeste E.S.Paulo-COPERCANA	1.119,45	(1.119,45)
	281.562,12	(281.562,12)

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

8 Imobilizado

O imobilizado consolidado tem a seguinte composição:

Descrição	31/03/2024			29/02/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	5.679
Terrenos e propriedades	43.650	-	43.650	43.650
Edifícios e benfeitorias	90.186	(54.791)	35.395	35.543
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	381.937	(277.034)	104.903	105.020
Móveis e utensílios	9.163	(7.712)	1.451	1.463
Obras em andamento	15.812	-	15.812	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	877.278	877.278
Outras imobilizações	19.485	(17.661)	1.824	1.807
	<u>1.437.511</u>	<u>(357.198)</u>	<u>1.080.313</u>	<u>1.086.251</u>

A movimentação consolidada no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	29/02/2024				31/03/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	5.679	-	(4.899)	(780)	-
Terrenos e propriedades	43.650	-	(0)	-	43.650
Edifícios e benfeitorias	35.543	-	(147)	-	35.395
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	105.020	1.049	(1.166)	-	104.903
Móveis e utensílios	1.463	46	(58)	-	1.451
Obras em andamento	15.812	-	0	-	15.812
Mais valia - Ganho de capital de bens	877.278	-	(0)	-	877.278
Outras imobilizações	1.807	23	(6)	-	1.824
	<u>1.086.251</u>	<u>1.118</u>	<u>(6.276)</u>	<u>(780)</u>	<u>1.080.313</u>

Apresentamos a seguir, a composição e a movimentação do Imobilizado e das depreciações acumuladas, por empresa integrante do Grupo Virgolino de Oliveira, como segue:

Na controladora Agropecuaria Nossa Senhora do Carmo S.A.

Descrição	31/03/2024			29/02/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	4.899
Edifícios e benfeitorias	10.201	(8.844)	1.357	1.371
Outras imobilizações	9.868	(8.768)	1.100	1.101
	<u>20.069</u>	<u>(17.613)</u>	<u>2.456</u>	<u>7.371</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	29/02/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Lavouras de cana-de-açúcar	4.899	-	(4.899)	-	-
Edifícios e benfeitorias	1.371	-	(14)	-	1.357
Outras imobilizações	1.101	-	(2)	-	1.100
	<u>7.371</u>	<u>-</u>	<u>(4.915)</u>	<u>-</u>	<u>2.456</u>

Na controlada Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Álcool:

Descrição	31/03/2024			29/02/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	1.285	-	1.285	1.285
Edifícios e benfeitorias	19.365	(10.906)	8.459	8.493
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	61.262	(48.526)	12.736	11.811
Móveis e utensílios	6.399	(5.061)	1.338	1.346
Obras em andamento	12.775	-	12.775	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	326.140	326.140
Outras imobilizações	479	(164)	315	293
	<u>427.705</u>	<u>(64.657)</u>	<u>363.048</u>	<u>362.143</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em				Saldo em
	29/02/2024	Adições	Depreciações	Baixas	
Terrenos e propriedades	1.285	-	(0)	-	1.285
Edifícios e benfeitorias	8.493	-	(34)	-	8.459
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	11.811	1.049	(124)	-	12.736
Móveis e utensílios	1.346	46	(54)	-	1.338
Obras em andamento	12.775	-	0	-	12.775
Mais valia - Ganho de capital de bens	326.140	-	(0)	-	326.140
Outras imobilizações	293	23	(1)	-	315
	<u>362.143</u>	<u>1.118</u>	<u>(212)</u>	<u>-</u>	<u>363.048</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Na controlada Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.

Descrição	31/03/2024			29/02/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e propriedades	8.916	-	8.916	8.916
Edifícios e benfeitorias	47.320	(21.740)	25.580	25.679
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	320.675	(228.508)	92.167	93.209
Móveis e utensílios	2.764	(2.651)	113	116
Obras em andamento	2.942	-	2.942	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	350.324	350.324
	<u>732.941</u>	<u>(252.900)</u>	<u>480.041</u>	<u>481.186</u>

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em	Adições	Depreciações	Baixas	Saldo em
	29/02/2024				31/03/2024
Terrenos e propriedades	8.916	-	-	-	8.916
Edifícios e benfeitorias	25.679	-	(100)	-	25.580
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	93.209	-	(1.042)	-	92.167
Móveis e utensílios	116	-	(3)	-	113
Obras em andamento	2.942	-	-	-	2.942
Mais valia - Ganho de capital de bens	350.324	-	-	-	350.324
	<u>481.186</u>	<u>-</u>	<u>(1.145)</u>	<u>-</u>	<u>480.041</u>

Na controlada Agropecuaria Terras Novas S.A.

Descrição	31/03/2024			29/02/2024
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Lavouras de cana-de-açúcar	-	-	-	780
Terrenos e propriedades	33.449	-	33.449	33.449
Edifícios e benfeitorias	13.300	(13.300)	-	-
Obras em andamento	95	-	95	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	200.814	200.814
Outras imobilizações	9.138	(8.729)	409	413
	<u>256.796</u>	<u>(22.029)</u>	<u>234.767</u>	<u>235.551</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

A movimentação no período é assim apresentada:

Descrição	Saldo em			Saldo em	
	29/02/2024	Adições	Depreciações	Baixas	31/03/2024
Lavouras de cana-de-açúcar	780	-	-	(780)	-
Terrenos e propriedades	33.449	-	-	-	33.449
Edifícios e benfeitorias	-	-	-	-	-
Obras em andamento	95	-	-	-	95
Mais valia - Ganho de capital de bens	200.814	-	-	-	200.814
Outras imobilizações	413	-	(4)	-	409
	<u>235.551</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(780)</u>	<u>234.767</u>

9 Salários a pagar e encargos sociais

Os saldos a pagar são assim apresentados:

	<u>31/03/2024</u>
Salários e honorários e encargos a pagar	1.185
Provisão de férias e encargos	671
Provisão para 13 salário e encargos	<u>233</u>
	<u>2.088</u>

10 Contas a pagar - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

Os saldos apresentados são decorrentes de operações realizadas no período em que o grupo, através de suas controladas Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool e Açucareira Virgolino de Oliveira S.A., atuaram como cooperadas junto a Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo – “Cooperativa”, e são assim apresentados:

	<u>31/03/2024</u>
Saldos líquidos de operações com a Cooperativa	56.825
Tributos sub-judice garantidos por fianças bancárias	33.738
Parcelamentos tributários	5.675
Adiantamentos recebidos por operações descontinuadas	31.656
Ajuste de AVP em dividas de longo prazo	<u>(8.978)</u>
Total	<u>118.915</u>
No passivo circulante	52.686
No passivo não circulante	<u>66.229</u>
	<u>118.915</u>

Os saldos líquidos de operações com a Cooperativa correspondem a recursos recebidos a título

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

de adiantamento de safras futuras.

Os tributos *sub-judice* garantidos por fianças bancárias, representam tributos que estão sendo questionados pela Cooperativa junto às autoridades tributárias respectivas.

Os Parcelamentos tributários representam a quota parte atribuída ao grupo em parcelamentos realizados pela Cooperativa.

O saldo de adiantamentos recebidos por operações descontinuadas, representam repasses de recursos garantidos por Notas Promissórias, com vencimento único em 31 de março de 2027. Considerando o vencimento único dessa dívida e o fato de não estarem sujeitas a encargos financeiros, o grupo utilizou como taxa de desconto a valor presente (AVP) a variação da taxa Selic estimada em 13,65% % a.a.

11 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2024
Tributos Estaduais	748.806
Tributos Federais	1.413.763
Tributos Municipais	32.126
FGTS - Fundo de Garantia por tempo de Serviço	140.555
Tributos Sindicais	6.540
	2.341.790

Como mencionado na Nota 1, em fevereiro de 2023, a administração do grupo firmou o Termo de Transação Individual com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no qual todo o passivo tributário federal, inclusive o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, será liquidado, e eventuais processos judiciais ou administrativos existentes serão encerrados.

12 Contas a pagar no PRJ

Representa o montante a pagar aos credores do Plano de Recuperação Judicial, e possuem a seguinte classificação:

	31/03/2024
Credores Classe I - Trabalhistas	276.443
Credores Classe II - Com garantias	671.413
Credores Classe III - Quirografários	1.228.561
Credores Classe IV - Empresas de pequeno porte (EPP/ME)	20.366
Credores Extraconcursais	63.108
	2.259.891

*Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais*

13 Provisão para contingências

O grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

O grupo provisionou o montante de R\$ 68.026, o qual, na opinião da Administração e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência é registrada no resultado do exercício, na conta Outras despesas operacionais, líquidas.

Adicionalmente, o grupo ainda possui outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível. Por consequência das práticas contábeis adotadas no Brasil, estas não foram provisionadas nas demonstrações financeiras, e são estimadas em R\$ 81.438.

14 Partes relacionadas (Passivo não circulante)

Referem-se a saldos mantidos com pessoas físicas dos acionistas do grupo, conforme abaixo:

	31/03/2024
Espolio de Carmen Ruete de Oliveira	201.840
Hermelindo Ruete de Oliveira	82.429
Virgolino de Oliveira Filho	22.251
	306.520

15 Capital Social

O Capital Social consolidado é formado pelas participações dos acionistas Pessoas Físicas detidas em cada sociedade da Grupo Virgolino de Oliveira. As participações existentes entre as sociedades integrantes do grupo foram eliminadas na consolidação.

A composição do Capital Social consolidado é assim apresentada:

<u>Empresas do Grupo Virgolino de Oliveira - Em recuperação</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Percentual de participação das Pessoas Físicas</u>	<u>Parcelas eliminadas na Consolidação</u>	<u>Parcelas de acionistas Pessoas Físicas</u>
Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A.	30.527	100,0000%	-	30.527
Virgolino de Oliveira S.A. Açúcar e Alcool	33.399	38,2238%	20.633	12.766
Açucareira Virgolino de Oliveira S.A.	455.000	0,6483%	452.050	2.950
Agropecuária Terras Novas S.A.	813.334	0,0123%	813.234	100
R.O. Serviços S.A.	50	100,0000%	-	50

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
 Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
 Valores em Milhares de Reais

Usina Catanduva S.A. Açúcar e Álcool	2.256	100,0000%	-	2.256
Carmen Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Carmen Aparecida Ruete de Oliveira Produtora Rural	10	100,0000%	-	10
Virgolino de oliveira Filho Produtor Rural	10	100,0000%	-	10
UPI Usina Catanduva Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Itapira Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Jose Bonifácio Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Usina Monções Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Terras Parte I Ltda.	1	50,0000%	1	1
UPI Terras Parte II Ltda.	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Ltda	1	0,0000%	1	-
UPI Imoveis Urbanos Ltda.	1	75,0000%	0	1
	<u>1.334,603</u>		<u>1.285,923</u>	<u>48.680</u>

16 Receita operacional

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, e as Receitas das vendas têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2024</u>
Receita bruta com vendas de cana de açúcar	3.145
Outras vendas - cereais (soja e outros)	<u>485</u>
Receita Bruta das vendas	3.631
(-) Impostos sobre vendas	<u>(74)</u>
Receita líquida das vendas	<u>3.556</u>

17 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/03/2024</u>
Despesas com pessoal	11.047
Serviços de terceiros	27.253
Taxas e tributos	4.221
Diversos	<u>2.705</u>
	<u>45.227</u>

Agropecuária Nossa Senhora do Carmo S.A. e empresas Controladas – Em Recuperação Judicial
Grupo Virgolino de Oliveira - Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2024
Valores em Milhares de Reais

18 Resultado financeiro

	31/03/2024
Receitas financeiras	
Outras operações	226
	226
Despesas financeiras	
Juros sobre atualização de Impostos a recolher	(162.915)
Outras despesas financeiras	(19.466)
	(182.381)
Variações cambiais liquidas	926
Receitas (Despesas) financeiras liquidas do Plano de Recuperação Judicial	-
Resultado financeiro liquido	(181.228)



 CARMEN APARECIDA RUETE DE OLIVEIRA
 CPF: 848.781.698-34



 GIOVANI RODRIGO PRAIS
 CONTADOR CRC 1/SP248302/O-1

* * *